

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
Karina Menezes Vasconcellos

HOLOCAUSTO BRASILEIRO:

Uma análise crítica da narrativa jornalística

Juiz de Fora
Janeiro de 2014

Karina Menezes Vasconcellos

HOLOCAUSTO BRASILEIRO:

Uma análise crítica da narrativa jornalística

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito para obtenção de Grau de
Bacharel em Comunicação Social na
Faculdade de Comunicação Social da UFJF
Orientadora: Prof^a. Dra. Christina Ferraz
Musse

Juiz de Fora
Janeiro de 2014

Karina Menezes Vasconcellos

Holocausto Brasileiro:
Uma análise crítica da narrativa jornalística

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado como requisito para obtenção de grau de Bacharel em Comunicação Social na Faculdade de Comunicação Social da UFJF

Orientadora: Prof^ª. Christina Ferraz Musse

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado
em 05/02/2014 pela banca composta pelos seguintes membros:

Prof^ª. Dra. Christina Ferraz Musse (UFJF) – Orientadora

Prof^ª. Dra. Iluska Maria da Silva Coutinho (UFJF) - Convidada

Prof. Ms. Jhonatan Alves Pereira Mata (UFJF) - Convidado

Conceito Obtido _____

Juiz de Fora
Janeiro de 2014

Dedico este trabalho aos dois anjos
que nesta vida chamo de pais, Maria José e Carlos

AGRADECIMENTOS

Com a entrega deste trabalho uma linda e produtiva etapa chega ao fim. Foram quatro anos e meio percorrendo os corredores de tijolinhos furados da Facom, lugar singelo e grandioso que se tornou o meu lar mineiro e a minha escola querida. Dedico estes agradecimentos a todas às grandes almas que pontilharam de luz meu caminho até aqui:

Deus, meu luminoso Pai, amado mestre Jesus e espiritualidade amiga, obrigada pela saúde que preenche meu corpo, por todos os dons que me foram concedidos e pelas deficiências que me ensinaram a humildade e a perseverança, obrigada por me mostrarem a esperança em cada dia da vida acadêmica e por permitirem que esse sonho se realizasse de forma tão magnífica.

Mãe, você é minha rainha, alma de minha alma e meu amor mais puro. Muito obrigada por todos esses anos de investimento e confiança e, por sacrificar seus próprios sonhos para viver o meu. Obrigada por se fazer presente mesmo há centenas de quilômetros de distância e por deixar todos os meus dias mais luminosos com o seu amor e seu apoio incondicional. Se agora eu assumo as rédeas desta jornada com tanta segurança é graças ao seu direcionamento afetuoso e seguro que me guiou até aqui. Amo Você!

Pai, seus sábios e oportunos conselhos, sempre pontuados por uma tranquilidade quase inabalável, foram bálsamos nos dias mais críticos e pétalas de luz nos dias mais risonhos. Você me ensinou o valor de um sonho com seus sacrifícios diários em prol da minha educação, a maior e mais sublime herança que você pode me deixar. Se me apaixonei pelos estudos foi graças às primeiras aulas de História do Ensino Fundamental que tive com você, ministradas sempre com tanta paciência e tanta dedicação, te amo!

Paulo, grande amor da minha vida, meu companheiro de todas as horas, meu melhor amigo, muito obrigada por me ensinar o valor do amor todos os dias, enxugando minhas lágrimas, se orgulhando de minhas vitórias, compartilhando comigo seus sonhos e sua vida. Esta conquista é nossa! Sem você essa jornada não teria o mesmo brilho e nem o mesmo gosto. Obrigada por ser esta alma tão especial e generosa e por me escolher como sua companheira. Amo você vida!

Vó Alda, muito obrigada por me mandar tantas vibrações benéficas e amorosas da espiritualidade e por continuar me amando e me apoiando, mesmo em outro plano. Sua neta conseguiu realizar seu sonho e virou jornalista!

Laylla, minha eterna Xuxú, amiga de todas as horas, todos os dias e todas as noites, obrigada por ser minha amiga, por dividir uma casa comigo, por ser minha companheira de jornada (desde a época do vestibular, quem diria?!), por tornar meus dias mais leves e mais coloridos com sua dedicação e seu carinho. Amo você! Camila, minha irmã de alma, minha eterna amiga do colégio, obrigada por ser fazer presente todos esses anos na minha vida e por me apoiar tanto, em todos os momentos mesmo morando no Centro-Oeste do país. Saudades sempre, te amo.

Aos amigos da Facom, obrigada pela amizade, pelo aprendizado, pelas risadas e por fazerem de Juiz de Fora meu lar. Vocês fizeram da faculdade um dos melhores períodos da minha vida! Aos mestres, de todos os períodos, obrigada por todo conhecimento compartilhado e por me tornarem a profissional que sou hoje.

Minha orientadora e amiga, Christina Musse, meu agradecimento eterno por me ensinar o valor da pesquisa científica e a beleza da vida acadêmica. Obrigada por me acolher em seu grupo, ainda como uma estagiária inexperiente há 3 anos e, agora, por aceitar o desafio desta monografia e por me orientar com tanto carinho, sabedoria e competência. Você é a melhor professora com quem tive o prazer de aprender! Obrigada também aos estimados mestres Iluska e Jhonatan por aceitarem compor minha banca e compartilharem seus saberes comigo.

À Faculdade de Comunicação Social, eterna e querida Facom, e à Universidade Federal de Juiz de Fora, meu agradecimento final por todos esses anos de aprendizado, aulas, estágios, bolsas e, principalmente, oportunidades e possibilidades. A profissional que sou hoje devo a esta grande Instituição, que me acolheu, amparou e guiou pela maravilhosa jornada da vida acadêmica. Vamos ao futuro!

“A temporalidade interior e a política da memória do Holocausto , no entanto, mesmo quando ela fala do passado, devem ser orientadas em direção ao futuro. O futuro não nos julgará pelo esquecimento, e sim pela rememoração ampla de tudo, e ainda por não agirmos de acordo com essas memórias.”

Andreas Huyssen

RESUMO

A recuperação do passado pela memória, individual ou coletiva, constitui-se em importante ferramenta na reconstituição da história. Quando fatos pretéritos repercutem de forma enfática no presente, ao jornalismo é permitido apropriar-se dessa memória para transmitir e recontar à luz do novo aquilo que já passou. Entretanto, nesta apropriação, o fato transforma-se em um novo discurso, onde a narração determinará a forma como o conteúdo chegará até o receptor da informação. Este estudo investigou como a série “Holocausto Brasileiro” veiculada no jornal impresso “Tribuna de Minas” reconfigurou, através das técnicas e estratégias narrativas empregadas pela jornalista Daniela Arbex, a história do Hospital Colônia de Barbacena ao criar um enredo dramático sobre o acontecimento, onde protagonistas, antagonista e heróis ganharam vida para conquistar o público.

Palavras-chave: jornalismo impresso, memória, narrativa, holocausto e “Tribuna de Minas”.

LISTA DE FIGURAS

GRÁFICO

01 – Número de aparições das palavras e expressões com conotação trágica presentes na reportagem. Pag. 55

IMAGENS

01 – Figura 1: imagem da matéria “Holocausto Brasileiro: 50 anos sem punição. Pag. 40

02 – Figura 2: imagem da matéria “Comércio da morte só parou na década de 80”. Pag. 45

03 – Figura 3: imagem da matéria “33 Crianças viveram horrores da Colônia”. Pag. 47

04 – Figura 4: imagem da matéria “Denúncias dão início à reforma psiquiátrica.” Pag. 49

05 – Figura 5: imagem de uma arte tipográfica da matéria no jornal, “Os Insurgentes”. Pag. 50

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| 1 INTRODUÇÃO | 11 |
| 2 LOUCURA E MEMÓRIA NA IMPRENSA | 15 |
| 2.1 MEMÓRIA, TESTEMUNHA DO PASSADO..... | 16 |
| 2.2 A FUNÇÃO DO NÃO DITO | 18 |
| 2.3 JORNALISMO E MEMÓRIA | 20 |
| 3 TRIBUNA DE MINAS: HISTÓRIA, DESENVOLVIMENTO E JORNALISMO INVESTIGATIVO | 24 |
| 3.1 O DESENVOLVIMENTO DO JORNAL..... | 25 |
| 3.2 JORNALISMO INVESTIGATIVO, UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO..... | 26 |
| 3.3 O JORNALISMO INVESTIGATIVO NA TRIBUNA DE MINAS E A REPÓRTER ESPECIAL DANIELA ARBEX | 28 |
| 4 ANÁLISE CRÍTICA DA SÉRIE “HOLOCAUSTO BRASILEIRO” | 33 |
| 4.1 A SÉRIE | 34 |
| 4.2 ANÁLISE CRÍTICA E METODOLOGIA | 36 |
| 4.3 APLICAÇÃO DA ANÁLISE CRÍTICA À SÉRIE “HOLOCAUSTO BRASILEIRO” .. | 38 |
| 4.3.1 O plano da expressão e o plano da estória: Personagens, conflito, citações e expressões | 39 |
| 4.3.2 O plano da metanarrativa: O fundo ético por trás de “Holocausto Brasileiro” | 57 |
| 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 61 |
| REFERÊNCIAS | 65 |
| APÊNDICE | 67 |

1 INTRODUÇÃO

A atividade jornalística diária está veiculada à temporalidade dos acontecimentos. Por seu caráter urgente, noticia com maior abrangência os fatos efêmeros e de repercussão imediata na sociedade, tais como as ascensões e quedas de políticos, a situação financeira internacional, os desastres naturais do momento, o time campeão do último torneio esportivo, etc. Cabe sempre ao jornalista, portanto, a escolha dos conteúdos que transmite à população, atuando como principal vetor da propagação diária de informações. Mas, além de sua atuação enquanto um agente de informação, a função social do jornalismo está alicerçada na denúncia. Ele atua em primeira instância como aquele que pode exigir justiça e reparação em situações onde a própria Justiça se omite. Esse direito lhe é concedido pela própria sociedade, que nele enxerga um agente dotado de um atributo através do qual aquilo que está escondido pode ser revelado, compreendido e resignificado e, nesta resignificação, fatos do passado podem ganhar novamente a atenção da população. Assim, a proposta deste estudo é analisar primeiramente como o jornalismo se apropria de fatos do passado para repercutir na atualidade uma denúncia, revisitando as memórias de quem protagonizou e vivenciou diretamente este passado e, a partir disso, como a atividade jornalística reinterpreta esse mesmo passado através da construção narrativa da reportagem, localizando o fato enquanto um enredo, onde protagonistas, antagonistas e heróis realizam uma função específica na história contada.

Este novo enredo reinterpreta no presente através do jornal impresso “Tribuna de Minas” as mortes e maus-tratos vivenciados por mais de 60 mil internos no hospital psiquiátrico Colônia, localizado na cidade mineira de Barbacena, há mais de 50 anos. Através de um amplo trabalho de investigação, a repórter especial do veículo, Daniela Arbex, recuperou o histórico deste lugar e as histórias de quem dela participou ativamente. Médicos, funcionários, internos, políticos e jornalistas entram em cena para apresentar ao leitor uma denúncia sobre um modo de tratamento psiquiátrico equivocado e criminoso. A jornalista utiliza a memória como peça fundamental no resgate e recuperação do passado, para que a notícia pretérita seja revisitada e realocada ao seu patamar de importância e significação perante a sociedade. E neste processo, a história ganha uma nova conotação narrativa e as fontes são transformadas em personagens de um enredo trágico, onde o leitor poderá localizar uma disputa entre dois lados díspares representados por um lado pelas vítimas e por outro pela instituição Hospital Colônia de Barbacena.

Para dar início ao estudo, o primeiro capítulo deste trabalho delimitará a história da loucura, uma vez que as reportagens referem-se a uma instituição psiquiátrica responsável

pelo genocídio e maus tratos de mais de 60 mil internos desde a sua abertura, no ano de 1903 até a década de 1980. Essa recapitulação, que tem por objetivo localizar a história da loucura no tempo e contextualizá-la, será realizada com base em Michael Foucault. Através desse autor será possível perceber que a discriminação e a arbitrariedade no tratamento aos doentes mentais e socialmente marginalizados não começou no Brasil, ao contrário, o país apenas refletiu o tipo de comportamento largamente praticado na Europa.

O estudo abordará posteriormente porque o testemunho e a recuperação do passado através da perspectiva de quem dele participou é importante na reconstrução de um fato. Apesar da história oficial e documental auxiliar na compreensão do ontem, Halbwachs defende que a memória pessoal é capaz de mostrar de maneira mais linear e densa como os fatos realmente ocorreram, inclusive com suas contradições.

O sociólogo Michael Pollack explica que os relatos estão vinculados às concepções de memória individual e coletiva, ou seja, os constituintes das lembranças que irão desenvolver a memória podem ser divididos em acontecimentos presenciados pela pessoa que dele se lembra e os acontecimentos “vividos por tabela”, que dizem respeito às experiências vivenciadas em grupos, como no caso específico do Hospital Colônia. A legitimidade dessa memória para a construção da matéria jornalística está embasada em outra reflexão do sociólogo, segundo a qual fenômenos de socialização política ou histórica vivenciados localmente por um grupo de indivíduos podem marcar tanto, que a memória coletiva dessas pessoas será transmitida através dos anos com um grau considerável de identificação e precisão.

Quando o passado é recuperado e retirado de sua zona de sombra e esquecimento outra importante função é recuperada: a função do não dito. Para o autor Paul Ricoeur a função desta ferramenta é mostrar no hoje aquilo que por força da dominação de um grupo sobre o outro foi calado. Quando esta força se extingue, as situações e sentimentos recalçados no pretérito eclodem com tal força no momento presente que são revalidadas e resignificadas. Partindo das reflexões sobre memória e imprensa de Marialva Barbosa e Cristina Berguer, o estudo mostrará que o jornalismo ao apropriar-se do que já ocorreu, poderá denunciar no presente os desmandos do passado.

Por fim, através das Teorias de Comunicação do autor Nelson Traquina será feita uma avaliação da memória enquanto um critério de noticiabilidade, na medida que ela se impõe e se insere como requisito ao fato, a matéria-prima da reportagem. Ela poderá ser compreendida, neste contexto, como um instrumento de revalidação que auxiliará a jornalista

a contextualizar o acontecimento no presente e alcançar uma justiça simbólica, através de exposição do acontecimento renegado.

O segundo capítulo irá dissertar resumidamente sobre a história do veículo “Tribuna de Minas”, desde seu início até o desenvolvimento do formato que possui nos dias de hoje, tanto tipográfico e visual, quanto no tratamento das reportagens. O jornalismo investigativo, gênero no qual a denúncia de “Holocausto Brasileiro” é ancorada será contextualizado no cenário brasileiro através dos estudos sobre a história da imprensa de Marialva Barbosa, desde a sua criação enquanto um modo de apuração na década de 1980 até a criação da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji) em 2002. O objetivo desta recapitulação é compreender alguns conceitos e especificidades próprios deste gênero do jornalismo.

O jornalismo investigativo do jornal “Tribuna de Minas” será abordado principalmente através de algumas reportagens realizadas pela jornalista Daniela Arbex. Será mostrado que o desenvolvimento deste tipo de reportagem se deu em conjunto com o desenvolvimento do próprio diário. Foi realizada em entrevista com a jornalista com vistas a compreender um pouco sobre o processo de apuração da série “Holocausto Brasileiro”, bem como o universo em torno deste tema. A história da jornalista no veículo e os prêmios nacionais e internacionais que ela ganhou também foram mencionados com o intuito de descortinar quem é a repórter por trás da premiada série que é objeto deste estudo.

O último capítulo corresponde à análise da série propriamente dita. Foram estudadas todas as matérias da reportagem com o intuito de compreender os movimentos realizados pela repórter para construir a narrativa da história. A metodologia utilizada corresponde à análise crítica da narrativa de Luiz Gonzaga Motta. Através deste estudo, o capítulo mostrará como a recuperação do passado pela jornalista transforma-se em um novo enredo trágico, onde o protagonismo da história é realizado pelos internos do hospital, o antagonismo é representado pela instituição Colônia e, os heróis ganham vida através dos primeiros médicos que denunciaram o modo equivocado de tratamento psiquiátrico praticado em Barbacena.

A narrativa será analisada em três diferentes planos, que dialogam entre si: o plano da expressão, exposto na superfície do texto, que identificará a utilização de jogos de linguagem que pretendam inferir certos efeitos, como comoção, medo, riso; o plano da história, que investigará a sintaxe narrativa do texto e localizará os conflitos principais, o duelo entre protagonistas e antagonistas, a sequência e o ritmo da história impressos pelo narrador; o

plano da metanarrativa, onde surgirão os motivos de fundo que, inseridos em um contexto sócio-cultural, integrarão e darão um sentido ético e moral para a história.

Serão discutidos primeiramente os dois planos iniciais, o da expressão e o da história. Estes planos serão analisados de modo conjunto e próximo, já que a conexão entre ambos é tão estreita, que uma separação poderia prejudicar e fragmentar a análise. Esta escolha tem por objetivo compreender estratégias expressas no texto através da linguagem empregada pela jornalista com o intuito de criar um enredo dramático. O plano da metanarrativa será abordado por último e de modo separado, uma vez que ele representa todo o fundo moral e ético que dá legitimidade ao discurso. Neste plano encontramos o principal motivo que sustenta a série enquanto uma denúncia jornalística. Cabe ressaltar que, além das considerações finais e da bibliografia, esta pesquisa conta ainda com um apêndice de entrevista, realizada repórter autora de “Holocausto Brasileiro”, Daniela Arbex.

2 LOUCURA E MEMÓRIA NA IMPRENSA

A história da loucura acompanha a história do próprio homem. Galga, junto a ele, os degraus sucessivos da evolução do tempo, acompanhando-o e renovando-se, descortinando um universo à parte, do curioso ao bizarro, do engraçado ao trágico. Sua presença marcante e contraditória está expressa em vários registros filosóficos, psiquiátricos e acadêmicos; encontraremos a loucura como referência primordial de vários mitos gregos, alegoria das condições e emoções humanas, como na epopéia do herói Hércules, que através de uma artimanha cruel de sua madrasta Hera, é acometido por uma crise de fúria e loucura na qual assassina sua esposa Mégara e seus filhos.

Seguindo as lendas gregas, a literatura do final do século XVI e início do século XVII irá proclamar a elegia da loucura em suas narrativas, notadamente na figura do personagem de Miguel de Cervantes, Dom Quixote de La Mancha, o doce “cavaleiro de triste figura” que enlouquece após a leitura excessiva de romances de cavalaria e passa a reproduzir os feitos por ele apreendidos nos livros. O teatro e a pintura também embarcarão no frenesi da loucura e reproduzirão o constante antagonismo entre fantasia e realidade.

A estigmatização exacerbada da loucura ocorrerá no século XVII, através da prática de privação do convívio social. As internações eram feitas de modo arbitrário, tomando-se pela alcunha de loucos toda a massa de marginalizados da sociedade. Na cidade de Paris, estimava-se haver um interno para cada cem habitantes:

Eles são mais mal tratados que os criminosos; eu os vi nus, ou vestidos de trapos, estirados no chão, defendidos da umidade do pavimento apenas por um pouco de palha. Eu os vi privados de ar para respirar, de água para matar a sede, e das coisas indispensáveis à vida. Eu os vi entregues às mãos de verdadeiros carcereiros, abandonados à vigilância brutal destes. Eu os vi em ambientes estreitos, sujos, com falta de ar, de luz, acorrentados em lugares nos quais se hesitaria até em guardar bestas ferozes, que os governos, por luxo e com grandes despesas, mantêm nas capitais. (ESQUIROL, 1818, *apud* FOUCAULT, 1972)

A mudança nas diretrizes no tratamento dos transtornos psiquiátricos ocorrerá somente na segunda metade da década de 1970, na Itália, em concordância com diversos movimentos democráticos que o país experimentava. O médico italiano Franco Basaglia foi o responsável pelas primeiras reformas na rede psiquiátrica. No Brasil, entende-se como reforma psiquiátrica o questionamento do modelo tradicional asilar em prol da promoção da

cidadania de indivíduos tradicionalmente internados, através da manutenção de sua cidadania perante a sociedade, o respeito a seus direitos e a sua individualidade.

No mês de novembro de 2011, a jornalista mineira Daniela Arbex, trouxe à discussão pública um tema, cujos desdobramentos explicam não somente o modo de agir e pensar de uma época e uma dada cidade, mas principalmente evidenciam toda uma engrenagem social no tratamento da loucura, mostrando o retrocesso e a crueldade da qual mais de 60 mil internos de uma instituição psiquiátrica foram vítimas no século XX. Através do jornal juiz-forano “Tribuna de Minas”, as mazelas e excentricidades vivenciadas no Hospital Colônia de Barbacena, há mais de cinquenta anos, ganharam novamente a atenção da população. Começava a série “Holocausto Brasileiro”.

2.1 MEMÓRIA, TESTEMUNHA DO PASSADO

Para se compreender o trabalho jornalístico desenvolvido na série citada, é preciso primeiro que se entenda a função social da memória, matéria-prima utilizada na construção das reportagens. Através de entrevistas com a antiga comunidade que compôs o Hospital Colônia em diferentes décadas, entre ex-internos, médicos, enfermeiros, cuidadores e até mesmo jornalistas e fotógrafos que fizeram os primeiros registros dessa história, o trabalho se apoiou na memória biográfica enquanto suporte para a memória histórica.

Para se ter conhecimento sobre o passado é preciso, antes de tudo recorrer aos registros históricos disponíveis sobre este passado. A história documental pode elucidar inúmeras questões sobre o ontem, mas o relato biográfico pode descortinar uma realidade a parte e por vezes mais rica e repleta de detalhes, uma vez que é contada sobre o ponto de vista de quem efetivamente viveu este passado. Para Halbwachs (1990), a memória histórica, ou exterior, apresenta o passado de uma forma simplificada e esquemática, ao passo que a memória pessoal, ou interior, é capaz de mostrar um quadro mais linear e denso.

Alicerçada neste princípio é possível compreender a importância da fonte que presenciou o fato *in loco* para o jornalismo, sobretudo para as reportagens em profundidade, que visam a reconstrução de um momento, de uma história e de um período específico. Serão as lembranças inseridas nestes relatos que permitirão a reconstrução da história para aqueles que dela não participaram e apenas tomam conhecimento sobre ela através do jornalismo.

Michael Pollack (1992) explica que a memória, enquanto fenômeno coletivo e social, apresenta marcos delimitados, ou seja, fatos do passado que ficam armazenados com alto grau de significação e recordação nas lembranças daqueles que o vivenciaram de forma individual, e sobretudo coletivamente. São projeções do passado que se solidificam de forma tão significativa, que as flutuações e esquecimentos não exercem influência sobre o momento recordado, deixando-o quase solidificado na lembrança.

Para Pollack (1992), os constituintes das lembranças que irão desenvolver a memória podem ser divididos em acontecimentos presenciados pela pessoa que dele se lembra, ou seja, individualmente, e os acontecimentos vividos por tabela, que dizem respeito às experiências vivenciadas em grupos, ou por outras palavras:

É perfeitamente possível que, por meio da socialização política, ou da socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado tão forte que podemos falar em uma memória quase herdada. (...) podem existir acontecimentos regionais que traumatizaram tanto, marcaram tanto uma região ou um grupo, que sua memória pode ser transmitida ao longo dos séculos com altíssimo grau de identificação (id. *ibid*, 1992, p.2).

Os anos transcorridos no Hospital Colônia de Barbacena, vivenciados diretamente pelas testemunhas arroladas para a reportagem vão ao encontro da assertiva de Pollack, já que às rotinas diárias de maus tratos e negligências marcaram profundamente várias gerações de internos, médicos e diversos profissionais que estiveram direta e indiretamente ligados a este acontecimento.

Mais do que uma recordação de um passado traumático, a memória é construída pelos personagens envolvidos em sua narrativa. E essa construção pode ocorrer tanto de modo consciente como inconsciente, já que o que segundo Pollack (1992) o indivíduo guarda e excluiu é resultado de um trabalho de organização e seleção.

Paralelamente, a memória também está veiculada ao sentimento de identidade, aquilo que a pessoa é perante o mundo. Em casos de memórias coletivas, a lógica também é a mesma. Ou seja, para que um indivíduo ou grupo reconheça-se a si mesmo perante a sociedade de forma coerente e concreta, é preciso que ele estabeleça sua identidade através dos acontecimentos que vivenciou e que foram armazenados em sua memória (id. *ibid.*, 1992, p. 204).

Se é através da memória construída que o indivíduo diferencia-se no mundo, é pela lembrança do tempo vivido que ele apoiará suas referências sobre o passado. Mesmo em um grupo cujos membros não pertençam a mesma classe social, cultural e hierárquica, quando

eles estão inseridos no mesmo contexto e partilham da mesma experiência de vida, as lembranças do tempo em que compartilharam um pedaço de sua história, funcionará com um elo de ligação entre seus membros, de tal modo que suas vidas estarão atreladas aos fatos vivenciados em conjunto. No futuro, quando suas experiências já tiverem divergido daquelas, durante a rememoração do passado, o indivíduo ainda se sentirá parte daquele grupo e se apoiará nele para alicerçar suas lembranças. Desse modo:

Embora seja fácil ser esquecido e passar despercebido dentro de uma grande cidade, os habitantes de um pequeno vilarejo não param de se observar mutuamente, e a memória de seu grupo registra fielmente tudo aquilo que pode dizer respeito aos acontecimentos e gestos de cada um deles, porque repercutem sobre essa pequena sociedade e contribuem para modificá-la. Dentro de tais meios, todos os indivíduos pensam e se recordam em comum. Cada um, sem dúvida, tem suas perspectivas, mas em relação e correspondência tão estreitas com aqueles outros que, se suas lembranças se deformam, basta que ele se coloque do ponto de vista dos outros para retificá-las (HALBWACHS, 1990, p. 80).

2.2 A FUNÇÃO DO NÃO DITO

Para se reconstruir uma história do passado é preciso ter compreensão dos agentes e personagens envolvidos neste passado. A memória faculta ao ofício do jornalismo uma importante ferramenta de auxílio, na medida que é através dela que o acontecimento pode ser revisto pelos olhos de quem dela participou ativamente. Em se tratando de um enredo que envolve uma série de diferentes protagonistas, a memória deve ser revista sobre o prisma da coletividade. Discorremos anteriormente como se desenvolve a memória de um grupo que partilhou de experiências em comum e como esses relatos podem ser considerados credíveis se aceitarmos que a memória possui uma dupla função segundo a visão de Pollack (1992): fenômeno social e sentimento de identidade, uma vez que ela representa um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de um pessoa ou grupo em sua reconstrução de si.

Paul Ricoeur (2003) explica que a sobrevivência do passado pela memória se dá através do sentido de reconhecimento da experiência vivida que, apesar de não fazer parte do presente, está impregnada nas imagens e lembranças do ontem, do que não existe mais. O reconhecimento da ausência do que passou permite que os agentes envolvidos neste passado repercutam no hoje as experiências do pretérito.

A este sentimento de ausência e reconhecimento está atrelada uma outra importante função da memória, a função do não dito. Tudo aquilo que não é dito, é calado, escondido, deslocado para zonas obscuras. Neste ponto a memória documental entra em choque com a memória biográfica. Este embate é bem ilustrado em situações onde um grupo tenta impor suas diretrizes e domínios a um outro, desprezando a visão plural e diferenciada que ele possa ter.

Países que vivenciaram sistemas ditatoriais passaram por esta realidade. No caso do Brasil, vítimas políticas do regime militar foram caladas e exiladas por irem de encontro ao que o sistema da época julgava como correto. Com vistas a manter a coesão interna e a defender as fronteiras erguidas pelo regime dominante, o silêncio foi imposto. As histórias e memórias soterradas pela classe no poder, chegaram ao conhecimento da população muitas décadas depois, já com o sistema democrático consolidado.

Quando um grupo se impõe arbitrariamente e por vezes com violência a outro há o embotamento de memórias preciosas. Isso serve tanto para regimes onde prevaleça alguma forma de ditadura, quanto para grupos de marginalizados de qualquer espécie que estão sob o domínio de uma determinada classe. No caso do Hospital Colônia de Barbacena, os internos tiveram suas memórias e vidas silenciadas por uma consciência que tomava como correta formas totalmente arbitrárias de “auxílio” aos doentes mentais. Como ressalta Michael Pollack (1989), uma memória renegada reforçará a amargura, o ressentimento e o ódio dos dominados em uma proporção igual ao tempo em que ela esteve silenciada, e eclodirá, por consequência, em movimentos de contraviolência.

Mais do que silenciar um grupo dominado, esta imposição de silêncio e esquecimento atua como uma privação do direito dos indivíduos de narrarem-se a si mesmos (RICOEUR, 2003, p.7). Entretanto, o esquecimento imposto não irá necessariamente permanecer para sempre. Esta lacuna será preenchida pelo não dito, por aquilo que ocorreu, mas, por ação de forças contrárias, foi impedido de ser narrado. Residirá aí a prerrogativa de interrogação e investigação, que poderá lançar luz e esclarecimento ao passado calado.

Quando essa memória clandestina e escondida sai de sua zona de sombra e ocupa a cena cultural e os meios de comunicação, forças até então adormecidas repercutem novamente, transformando os fatos do passado em questionamentos ímpares; reivindicações diversas se inserem na disputa da memória e o jornalismo pode reinterpretar o passado sob a perspectiva do presente, transformando finalmente o não dito em dito.

2.3 JORNALISMO E MEMÓRIA

Aos jornalistas competem às tarefas de seleção e hierarquização de acontecimentos que possuam o potencial de transformar-se em notícia; a seleção de fatos corresponde à pedra angular de todo o processo. Antes que um acontecimento chegue à população, estes profissionais passarão por um crivo àquilo que tem um potencial “noticiável”. O acontecimento “bruto”, por assim dizer, será analisado sob diferentes perspectivas a fim de que se comprove que possua “valores notícia” suficientes que justifiquem a sua divulgação. Esses valores notícia podem ser relativos à proximidade, impacto, interesse público, etc.

Segundo Nelson Traquina (2005), existem uma série de fatores que atuam para auxiliar o jornalista nesta escolha, embora a maioria represente os mesmos conceitos e difiram basicamente em relação a sua terminologia. Os valores notícia, entretanto, estão dependentes de uma série de quesitos, como por exemplo, as circunstâncias da ocorrência do fato e a importância e interesse públicos que possa suscitar, o lugar em que ocorreu, etc. O autor esclarece que esses valores se subdividem ainda em critérios de seleção e critérios de construção. Os critérios de seleção correspondem à avaliação direta sobre um acontecimento, como a “morte”, ou seja, uma situação que envolva esta temática será de interesse dos jornalistas; já os critérios de construção, dizem respeito à forma como a notícia será de fato construída e o que deve ser priorizado, omitido ou valorizado no relato noticioso.

Sodré (2009) classifica as notícias em três categorias distintas, sendo elas: “previstas”, aquelas que são anunciadas com antecedência; “imprevistas”, são as que possuem um caráter inesperado; “mistas” as que reúnem em apenas uma as características informacional, previsibilidade e imprevisibilidade. Este autor afirma que a marcação definirá a noticiabilidade de um acontecimento em relação aos critérios adotados. Esta marcação refere-se à complexidade que um fato possa apresentar em relação a outros; fatos não marcados não receberão imediatamente a atenção da mídia e será desconsiderado pelos jornalistas.

Pode-se assim privilegiar o próprio ato comunicativo: ‘notícia é o relato de um fato, de uma ideia ou de uma situação atuais na realidade’; acentuar a frequência diária: ‘é o relato de fatos que aconteceram nas últimas vinte e quatro horas’; também a factualidade: ‘Gênero jornalístico por excelência que dá conta, de um conhecido e divulgado, e de inegável repercussão humana’, senão a novidade: ‘É tudo o que interessa e que não se sabia antes’, ou então, a natureza do interesse e do destinatário: ‘nova informação a respeito de um assunto que possui algum interesse público e é transmitida para uma porção deste público (SODRÉ, 2009, p.22).

Isto posto, podemos observar que a memória insere-se como um valor notícia de seleção relevante, na medida que representa a forma através da qual a denúncia de “Holocausto Brasileiro” foi alicerçada e, ainda, o motivo pelo qual ela chegou ao conhecimento da população após mais de 50 anos de esquecimento. Podemos observar também que ela (a memória) assume uma dupla função de importância, segundo a perspectiva de Sodré: ao mesmo tempo que corresponde a um fato de natureza imprevista, já que o passado da Colônia e de suas vítimas não correspondia a uma denúncia do presente e o senso comum pouco conhecia sobre este capítulo da história da psiquiatria mineira, insere-se também com um fato de marcação complexa, já que discorre sobre o genocídio de 60 mil internos de uma instituição que, em tese, deveria primar por sua saúde, cuidado e segurança e, nas palavras da jornalista autora da série, Daniela Arbex, configurou um holocausto.

A partir disso, podemos reconhecer que quando a importância de determinado fato noticioso encontra-se submersa no passado, o resgate da memória entra como co-participante da atividade jornalística: “Ingressando no espírito do tempo em que o passado é revisitado, a imprensa não fica alheia e conta como presente, na condição de produtora da história de curta duração, também o que já passou, também o que é passado.” (BERGER, 2005, p. 65).

O retorno à imprensa do holocausto vivenciado em Barbacena, mais do que colocar em pauta um fato de importância social e histórica, promove a retomada de significações que permitam o paralelo entre aquilo que foi e aquilo que ainda é; enseja a reflexão sobre uma memória, que apesar de esquecida repercute intensamente no presente.

À memória portanto fica designado o papel de denunciadora do passado, dando voz, ainda que tardia, àqueles que não tiveram e mostrando no presente os equívocos e erros cometidos, neste caso representado por um série de medidas arbitrárias impostas aos socialmente marginalizados do Hospital Colônia em Barbacena, os principais protagonistas e representantes daquela época. Como esclarece Ricoeur: “O dever de memória é, muitas vezes, uma reivindicação de uma história criminosa, feita pelas vítimas; a sua derradeira justificação é esse apelo à justiça que devemos às vítimas (RICOEUR, 2003, p. 6).

O passado, trazido e atualizado ao presente, é narrativa jornalística ancorada na memória; são representações das antigas lembrança postas ao convívio do novo, do atual. Nesse processo de transformação e recuperação do passado, o jornalismo infunde novas configurações aos fatos pretéritos, incutindo em cada um, interpretações inéditas, observadas a partir de prismas contemporâneos. (BERGER, 2005, p.66).

Vale aqui ilustrar a primeira reportagem publicada sobre o Hospital Colônia, em 20 de novembro de 2011, como exemplo chave do uso e da adequação da memória ao trabalho do jornalista. A referida reportagem traz ilustrações do hospital e seus pacientes, em um pavilhão sem móveis ou conforto, despojados de toda dignidade; no lugar de leitos hospitalares, apenas palha. A matéria faz uma recapitulação do histórico do local, da sua criação em 1903 à transformação em um hospital de horrores, superlotado e entregue ao pior tipo de sorte, durante a ditadura militar; são expostos dados que evidenciam o extermínio de 60 mil pacientes, vítimas de falta de cuidados e maus-tratos variados.

O jornalismo, alicerçado pela memória, pode promover a denúncia social de passados vergonhosos e, por isso, calados e relegados à obscuridade e ao esquecimento coletivos. Apesar de permanecerem vivos nas memórias de quem os vivenciou e sentiu seus desmandos, a sociedade civil tende a optar pelo esquecimento das circunstâncias desagradáveis e dolorosas. Cabe ao jornalismo investigativo expor essas feridas novamente, inspirar nas memórias individuais a relembração, o retorno, justamente como modo de precaver o futuro dos atos impensados do passado. Desse modo: “Não interessa apenas o que foi registrado, mas sobretudo o oculto, o silenciado e os vestígios que restam desse passado.” (BARBOSA, 2005, p.105). A memória faculta ao ofício jornalístico a recuperação detalhada de impressões vívidas, emoções que permitem ao jornalista a reconstrução do cenário de uma época.

O largo emprego da memória (coletiva e individual) utilizada no curso de toda a série de reportagens analisadas, vai ao encontro da perspectiva moderna, notadamente a partir da década de 1980, que inaugura o estágio da prevalência desse tipo de discurso. Para Andreas Huyssen, um dos fenômenos culturais e políticos mais surpreendentes dos anos recentes é a emergência da memória como uma das preocupações centrais das sociedades ocidentais (HUYSSSEN, 2000, *apud* BERGER, 2005, p.61).

O descortinar dos relatos memorialísticos deu-se a partir do debate em larga escala sobre o Holocausto vivenciado na Alemanha de Hitler, precisamente nos anos 1980, com a série de TV Holocausto e posteriormente com inúmeros movimentos de testemunhas e eventos relativos ao Terceiro Reich. A série divulgada pela TV, veículo massivo por excelência, alcançou um público estrondoso e abriu espaço para novas perspectivas na utilização da memória como matéria prima. (BARBOSA, 2005, p.61)

Ao legitimizar o acontecimento, divulgando-o e tirando-o de zonas de sombra e silêncio, impõe uma visão de mundo que atua outorgando poder. Para isso é dado aos jornalistas, como produtores de discurso, o direito de falar de fatos, eventos, ocorrências que não foram registrados em sua presença, sendo pois considerados produtores de um discurso credível. Suas palavras são aceitas como verdadeiras. (...) O relato jornalístico é revestido da característica de crível antes de qualquer outra presunção. (BARBOSA, 2005, p.109).

Percebe-se nesse ponto, que a memória, assim como possibilitou a denúncia do passado histórico da Alemanha nazista, contribuiu para a divulgação do holocausto mineiro do Hospital Colônia. Em ambos os casos, ela desenvolveu papel primordial na elucidação e compreensão do passado, coincidentemente, ambos os passados de dor e medo. Talvez a memória seja, além de uma ferramenta de apoio e reconstrução do pretérito, um modo através do qual a cartase do sofrimento possa ganhar o domínio público e servir de alerta para as gerações futuras. Ao jornalista, cabe identificar as lacunas por onde essa memória se permite conhecer e dela utilizar-se para empreender um alerta social através dos meios de comunicação de massa.

3 TRIBUNA DE MINAS: HISTÓRIA, DESENVOLVIMENTO E JORNALISMO INVESTIGATIVO

O jornal juiz-forano “Tribuna de Minas” nasceu quando o país respirava os primeiros ares da abertura política, depois de décadas sob o domínio da Ditadura Militar. Apesar do país ainda ser comandado por um militar, o general João Batista de Oliveira Figueredo, já havia uma mobilização em prol da justiça social e muitos brasileiros começavam a sentirem-se confiantes para expressar mais abertamente a liberdade política e cultural. Em 1ª de setembro de 1981 a primeira edição do jornal chegava ao público de Juiz de Fora. Criado pelo empresário e médico, Juracy de Azevedo Neves, o jornal foi concebido e idealizado com o intuito de oferecer aos leitores uma maior diversidade de serviços e um maior espaço para a discussão de assuntos diversificados, como ressalta o seu fundador no primeiro editorial do veículo:

Um jornal forte, corajoso e polêmico, que visa levantar bandeiras a favor de Juiz de Fora e da Zona da Mata e gritar pelos seus legítimos direitos. Suas preocupações maiores serão a integração, a verdade e o respeito ao leitor, a quem pretendemos atingir através de um trabalho ético e responsável (NEVES, 1981, p.1).

O primeiro caderno da primeira versão do jornal “Tribuna de Minas” era composta por oito páginas, nas quais os assuntos referentes à situação internacional, nacional e local viam dispostos sem uma divisão por editoriais. A única seção demarcada do impresso era o Editorial que recebia a titulação de “Opinião”. Com um número ainda muito reduzido de funcionários e uma demanda significativa para noticiar, o jornal contratou as agências do “Jornal do Brasil” e a “Associated Press” e, desse modo, replicou em suas páginas o que esses veículos noticiavam. Havia uma preocupação com o conteúdo informativo do diário, as notícias preenchiam a grande maioria das páginas, ao passo que imagens, ilustrações e outros recursos gráficos ficavam como coadjuvantes. O segundo caderno possuía o mesmo número de páginas e as seguintes seções: Cinema, TV, Diversão, Agenda, Astrologia, Palavras Cruzadas, Galeria e Cartas.

O ano de 1983 marcou o crescimento da “Tribuna” e início de sua ascensão ao posto de principal veículo impresso da cidade. O tradicional “Diário Mercantil” que dominou a cena jornalística do município por 60 anos (1912 – 1983) entrou em falência e fechou as portas. O jornal passa então a investir mais em estrutura, pessoal e equipamentos com o intuito de tornar-se mais competitivo, relevante e atrativo para o público. Em 1985,

impulsionado por um desejo expansionista, o jornal chega a capital do Estado e passa a ser distribuído também na cidade de Belo Horizonte. Com isso, o jornal pretendia oferecer uma alternativa informacional mais barata para os belo-horizontinos e fazer uma concorrência direta ao “Estado de Minas”, entretanto, a empreitada não obteve o êxito esperado. Em 1986 o jornal começa a publicar o “Tribuna da Tarde” com uma temática mais direcionada aos acontecimentos locais da cidade e da região da Zona da Mata. Em 1992 ele adota novamente seu nome original, “Tribuna de Minas” e dá prosseguimento a um jornalismo direcionado ao contexto regional. O local transforma-se na estrela do jornal e tudo aquilo que impacta diretamente a vida e o dia-a-dia da população, desde a crescimento da violência nas ruas até as novidades no cenário cultural da cidade, passam a ter um espaço cativo nas páginas do diário até os dias atuais.

3.1 O DESENVOLVIMENTO DO JORNAL

Com o passar das décadas, o jornal “Tribuna de Minas” foi modificando-se e adequando-se a um conceito mais moderno. Esse conceito refletiu-se principalmente nas modificações gráficas e visuais do veículo, que a partir do ano de 1994 passou a ser impresso na versão colorida. Como a manchete “Ousadia Gráfica e Editorial redesenha a Tribuna e impõe uma nova história para o jornalismo em Juiz de Fora” de 1997, o jornal anunciava ao público algumas mudanças nas diretrizes do jornal e, a primeira e mais visual delas, foi a mudança no logotipo do jornal onde o azul cedeu espaço ao bordô. Se nos primeiros anos de veiculação o destaque maior era dado às diversas notícias, agora as fotos ganhavam maior destaque nas edições, a tipologia dos textos e títulos foi modificada e os cadernos foram beneficiados com logos coloridas.

As mudanças não se restringiram às tipologias e aos recursos gráficos. No novo desenho da “Tribuna”, o número de páginas também aumentou. Durante a semana, o primeiro caderno passou a ser composto de dez páginas nas quais os suplementos “Informática”, “Boa Viagem”, “Carro e Cia” vinham nas terças, quartas e quintas feiras, respectivamente. Nos sábados o jornal poderia chegar até as 16 páginas, uma vez que além das editoriais “País”, “Internacional”, “Política”, “Economia” e “Esportes” o veículo adicionava uma matéria especial. Aos domingos, o jornal era composto também por um encarte de “Domingo” que

continha entre outras, as seções “Horóscopo” e “Passatempo”, além dos já tradicionais 1º e 2º cadernos.

No ano de 2001 o “Tribuna de Minas” investe novamente em inovação, desta vez com o foco direcionado para a qualidade do conteúdo informacional do veículo. As grandes reportagens passaram a ser uma preocupação do jornal, o que abriu um maior espaço para sua apuração e investigação. As editorias deixaram de ocupar um espaço fixo e não tiveram mais páginas pré-determinadas. Desse modo, a Página 3, considerada a página de maior destaque do diário, ficou reservada à notícia de maior evidência que, na maioria das vezes é a manchete do dia, a Página 2 ficou composta pela seção “Opinião”, enquetes diárias, frases do dia e a charge. O segundo caderno foi transformado em uma revista diária com reportagens de comportamento, variedades, cultura, lançamentos, horóscopo, eventos e a coluna de César Romero.

Apesar de ser um veículo destinado tradicionalmente ao jornalismo impresso, a “Tribuna” possui também um *site*, uma *page* na rede social *Facebook*, e uma conta no *Twitter*. A primeira migração de conteúdo do jornal aconteceu no ano de 1996, o “Tribuna Digital” passou a replicar na íntegra as matérias realizadas para seu suporte impresso. As notícias seguiam o horário de fechamento padrão do jornal e eram atualizadas a cada 24 horas. Foi somente no ano de 2011, ano do aniversário de 30 anos do jornal, que a redação começou a trabalhar com um foco maior no jornalismo *on-line* e foi formada uma equipe especial para atender a esta demanda. Entretanto, em casos de grande abrangência e repercussão, como coberturas eleitorais e tragédias, os repórteres da plataforma impressa são realocados para auxiliarem na cobertura dos repórteres da plataforma digital. Hoje o site da “Tribuna” é atualizado durante todo o dia com os assuntos de caráter mais factual e algumas seções disputam espaço com a notícia, como a galeria de imagens, tornando o correspondente digital do veículo mais atrativo para o público.

3.2 JORNALISMO INVESTIGATIVO, UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO

O jornalismo investigativo como gênero de reportagem é realizado hoje no “Tribuna de Minas” principalmente através do trabalho da jornalista Daniela Arbex, repórter especial do veículo, mas esse trabalho só pode ser desenvolvido hoje devido a uma série de mudanças e desenvolvimentos em primeira instância, no perfil do próprio jornal como discutido no tópico anterior e, em segunda instância, graças ao contexto nacional. Vamos

discutir brevemente neste tópico algumas características e concepções do jornalismo investigativo e sua contextualização. Não é nosso foco traçar um histórico pormenorizado deste gênero, mas sim evidenciar alguns movimentos que contribuíram para seu desenvolvimento e a concepção que dele se tem nos dias de hoje.

Marialva Barbosa (2007) explica que a década de 1980 foi de suma importância para o desenvolvimento do jornalismo. Por um lado esta década trouxe a modernização das empresas jornalísticas que agora eram vistas como um negócio extremamente rentável e lucrativo. A consolidação do capitalismo na esfera econômica transformou a notícia em uma indústria da informação onde os profissionais deveriam se adaptar a um novo e mais dinâmico modelo de trabalho. O perfil do jornalista transforma-se, os prazos de apuração e *deadline* ficam mais rigorosos, os textos mais enxutos e o repórter passa a assumir novas funções dentro do jornal.

Dentro deste cenário entra em vigor uma nova forma de construção das matérias: o critério de exclusividade. Não importava mais apenas noticiar, ao jornalista fora destinada a função de grande denunciador dos fatos, aquele que deveria descobrir a verdade por de trás de todos os artifícios e mostra-los ao público. Sem a investigação do jornalista não haveria história e, por consequência, não haveria notícia. O repórter começa a se transformar e se autoconstruir em investigador, aquele que possui autoridade sobre o fato e sobre aquilo que é revelado por ele. Esta categoria de profissional se manifestou com maior ênfase dentro da cobertura policial, lugar onde o trabalho desses profissionais se mescla às atuações de investigadores.

Foi neste contexto que um episódio mudaria drasticamente a forma como é encarada a investigação jornalística no Brasil. O repórter policial do jornal “O Globo”, Tim Lopes, era um dos expoentes da profissão que transitavam entre esses dois cenários, o jornalístico e o policial. Suas matérias privilegiavam o mote investigativo e foi na apuração de uma delas que ele teve seu destino abreviado. Marialva Barbosa ressalta, que na época de atuação de Tim como repórter, os jornalistas que faziam coberturas policiais não possuíam muito prestígio na hierarquia da redação, e teriam um menor “capital simbólico” que seus colegas da área de política ou economia: “Reivindicar para si o papel de investigador, dominar um conhecimento inédito ou trazer o “furo” para o chefe da redação deve ser visto, nesse sentido, como estratégia capaz de conferir ao jornalista investigativo maior poder simbólico” (BARBOSA, 2007, p. 229).

Procurando legitimar-se enquanto profissional perante o editor da redação e seus colegas, o jornalista investigativo empreende neste cenário uma busca constante pelo melhor

material noticioso, mesmo que a sua segurança seja comprometida neste caminho. Mais do que uma estratégia de valoração pessoal, o “furo” é visto aqui, também como uma resposta à sociedade, que espera do jornalista uma solução que deveria vir de outras instâncias do Estado, como a própria polícia em suas ramificações militar e federal, e não vem. O jornalista toma pra si a obrigação de desvendar o que está oculto, expor o errado, fazer jus aos inocentes e julgar os criminosos: “(...) os jornalistas atuam como porta-vozes legitimados e confiáveis da verdade no mundo” (ZELIZER, 1992, *apud* BARBOSA, 2007, p. 232). Foi de acordo com esta perspectiva que às 17h do dia 17 de junho de 2002, Tim Lopes era assassinado no alto da Favela da Grota, no Complexo do Alemão, Zona Norte do Rio de Janeiro, após ser descoberto por traficantes que eram alvo de sua matéria. Tim investigava a exploração sexual de crianças pelos traficantes da comunidade.

O assassinato de um jornalista durante uma investigação expôs a situação de vulnerabilidade em que os profissionais viviam e mostrou que, ao contrario do que se acreditava, a imprensa não estava imune a represálias e não transitava acima do perigo, mas sim, em seu núcleo. Foi a partir da morte de Tim que um novo capítulo se abriu para dia-a-dia dos jornalistas investigativos. Nos meses seguintes, foi articulada em parceria com o Centro Knight da Universidade do Texas, a fundação da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji), concebida nos moldes da *Investigative Reporters and Editors* (IRE). A entidade tem assim por objetivos “o aprimoramento profissional dos jornalistas” interessados na temática da “investigação” e a “difusão dos conceitos e técnicas da reportagem investigativa” (cf. Artigo 1º do Estatuto da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo). A Federação Nacional dos Jornalistas, a Fenaj, passou a promover a partir do assassinato do repórter, o Prêmio Tim Lopes para Projetos de Investigação Jornalística.

3.3 O JORNALISMO INVESTIGATIVO NA TRIBUNA DE MINAS E A REPÓRTER ESPECIAL DANIELA ARBEX

Quando o jornal “Tribuna de Minas” apostou nas reportagens maiores e mais complexas como forma de investimento jornalístico em 2001, a consolidação do jornalismo investigativo no Brasil já havia se processado, uma vez que foi durante a década de 1980 que a base desse gênero de reportagem fixou suas bases. Entretanto, durante a década de noventa, o diário já mostrava uma preocupação e uma preferência por esse estilo de notícia. No ano de

1996, a jornalista Luciane Faquini fez uma série de reportagens que retratava a exploração de crianças e adolescentes pelos seus pais, que as obrigavam a vender rosas durante a madrugada em diversos bares da cidade de Juiz de Fora. A “Tribuna” acompanhou durante um ano as vidas dessas crianças com o intuito de mobilizar o Ministério Público em prol de suas histórias. Como resultado, essas crianças foram retiradas da clandestinidade e dessa triste atividade.

Já no ano de 2008 o jornal seria premiado, juntamente com três de seus jornalistas, com um dos prêmios internacionais mais importantes da América Latina, o Ipys de Melhor Investigação Jornalística da América Latina e Caribe. Daniela Arbex, Táschia Souza e Ricardo Miranda revelaram o caso de corrupção gerenciado pelo então presidente da Câmara Municipal da cidade, Vicente de Paula Oliveira, o Vicentão. O “Caso Koji”, como ficou conhecido, mostrou que a empresa de Vincentão, registrada em nome de laranjas, venceu diversas licitações junto ao Poder Público de Juiz de Fora. As denúncias da reportagem resultaram na renúncia, afastamento e exoneração do político da Comissão Permanente de Licitação (CPL), bem como de mais 17 pessoas que estavam envolvidas no esquema e exerciam cargos na Câmara.

Em 2011 a jornalista Daniela Arbex ganharia novamente atenção ao produzir a série “Holocausto Brasileiro: 50 anos sem punição”, foco principal deste estudo. No ano seguinte, em 2012, a “Tribuna” lançou a série jornalística “Até Quando” que tinha como foco cobrar do poder público providências imediatas em relação ao aumento crescente de homicídios e da criminalidade como um todo na cidade, principalmente as parcelas mais jovens. Em 2013 o veículo permaneceu nesta discussão ao noticiar que o número de assassinatos em Juiz de Fora registrou um aumento de quase 100% em relação ao período de comparação do ano anterior. Graças à reportagem foi desenvolvido na cidade um seminário, resultado da parceria entre a Câmara Municipal e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), com o objetivo de discutir a situação da violência no município.

Junto com o progresso do diário “Tribuna de Minas” veio o desenvolvimento e amadurecimento da jornalista juiz-forana Daniela Fernandes José Arbex Soares no ramo do jornalismo investigativo, um dos principais motes do veículo, como os exemplos acima comprovam. As reportagens de cunho investigativo do jornal giram em sua maioria ao redor da temática “Juiz de Fora” e pretendem confrontar às autoridades em relação às situações que prejudiquem de alguma forma o bem estar da população. Daniela, em suas reportagens procura também seguir esta linha, como veremos a seguir em uma breve recapitulação sobre sua carreira.

Daniela Arbex, 40 anos, é formada em jornalismo pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Começou sua carreira no jornal “Tribuna de Minas” no ano de 1996 como repórter da Editoria Cidade. A jornalista exerce hoje a função de repórter especial do veículo. Nos primeiros anos de exercício da profissão, ganhou por cinco vezes consecutivas (1996 – 2000) o Prêmio Eloísio Furtado, honra concedida pela própria “Tribuna” à melhor reportagem do ano.

No mês de fevereiro do ano 2000, o jornal começou a veicular uma série de 50 reportagens que compunham o “Dossiê Santa Casa”. A série trouxe à tona a grande crise financeira da maior instituição hospitalar da região, a Santa Casa de Misericórdia de Juiz de Fora, cuja dívida ultrapassava o montante de R\$ 18 milhões de reais. A dívida culminou na queda de toda diretoria do hospital, na renúncia do provedor e na renegociação da dívida junto à instituições financeiras particulares e públicas. A grande reportagem concedeu a Daniela o Prêmio Esso na categoria especial interior.

Dois anos depois, a jornalista ganhou novamente o Prêmio Esso de Jornalismo na categoria especial interior e uma menção honrosa no Prêmio Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos e no Prêmio Lorenzo Natali, na Bélgica, pela reportagem “Cova 312”, reportagem investigativa sobre a sepultura do guerrilheiro Milton Soares de Castro, dado como desaparecido no período da Ditadura Militar brasileira. Segundo Daniela, esse tipo de material jornalístico tem que ser produzido com muito cuidado, o jornalista deve se aproximar dos fatos o máximo que puder, se cercar de todas as evidências e não ter preguiça de correr atrás de todas as informações necessárias. Esse cuidado obedece a dois motivos principais segundo a repórter, o primeiro é garantir fidelidade e credibilidade ao fato, à matéria que será escrita, o segundo diz respeito a uma necessidade de proteção ao próprio jornal que, por ser um veículo pequeno, não pode correr riscos de processos judiciais:

Uma preocupação que eu tenho muito grande e que eu acho que é um diferencial do meu trabalho, é você se aproximar ao máximo da verdade dos fatos. Como é que eu consigo isso? Reunindo o maior número de documentos, ouvindo o maior número de pessoas. O jornalista não pode ter preguiça, porque dá trabalho (...) Eu acho que até hoje os meus trabalhos são muito fieis ao passado, ao que aconteceu. Por exemplo a “Cova 309”, eu não tinha absolutamente nada, só sabia que o militante tinha desaparecido em 1968 e que o corpo dele nunca tinha sido encontrado, mas eu falei, “gente, um corpo não pode sumir”, então esse foi o começo do trabalho. E aí, o que que eu fiz? Primeiro resgatei toda a história dessa pessoa, eu achei os amigos dele de Porto Alegre, inclusive o amigo que dividiu a cela com ele. Ai, encontrei a família, ouvi os amigos. Então, você vai fechando um círculo de informação para reconstruir uma história que você não viveu. Quando eu já tinha feito tudo e descoberto o local do sepultamento e a matéria estava pronta, eu liguei para o irmão dele de Porto Alegre, e falei, “Gilson, a matéria está pronta e eu quero ler pra você o que eu escrevi (...)”. Eu tenho muita preocupação com informação errada porque

qualquer nome errado compromete a credibilidade da matéria. Eu comecei a ler e ele ficou mudo, eu li o *lead* pra ele. Ele disse, “Meus Deus! Foi exatamente isso que aconteceu! Como você conseguiu isso?”. As minhas matérias não tem espaço para a dúvida porque são matérias sempre que mechem com muitas coisas, pessoas importantes. Eu trabalho em um jornal muito pequeno, o Tribuna é um jornal pequeno para o tipo de matéria que a gente faz, um processo pode fechar esse jornal, então não tem espaço para a dúvida (ARBEX, 2013).

Em 2010, através de uma nova série Daniela Arbex denunciou os problemas brasileiros com a saúde pública e recebeu o *Knight International Journalism Award*. e, finalmente em 2012 viria a premiação por “Holocausto Brasileiro”: o terceiro Prêmio Esse de Jornalismo da sua carreira, desta vez na categoria Regional-Centro-Oeste.

Para construir a história do “Holocausto Brasileiro” a repórter esperou por dois anos até conseguir autorização do jornal para se dedicar à apuração da reportagem. Daniela empreendeu uma investigação que durou 30 dias e refez os passos de uma história de extermínio tendo como ponto de partida as imagens do fotógrafo Luiz Alfredo e publicas na revista “O Cruzeiro” em 1961. A investigação revelou que 1.853 corpos de pacientes mortos foram vendidos para 17 faculdades de medicina dos estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro até o início dos anos 1980. Os dados também revelaram que mais de 70% dos internos não sofriam de transtornos mentais e sim de fome, frio, diarreia, pneumonia, maus-tratos variados, abandono e tortura.

A preferência pelo destaque deste gênero de reportagem tanto do veículo como da repórter vem corroborar com uma visão marcadamente brasileira sobre o papel do repórter na sociedade. Mais do que aquele que transmite um fato, no Brasil, o papel denunciador e transformador do jornalista é visto quase que como uma prerrogativa da própria profissão, e essa assertiva está enraizada no senso comum dos próprios profissionais, como ressalta Arbex (2013): “O meu jornalismo nunca foi um jornalismo de inação, eu nunca me coloquei numa posição de imparcialidade. Eu acho que a imparcialidade no jornalismo não existe. Sempre me coloquei como agente de transformação sim.”

Em um país marcado pela corrupção em todos os níveis, do Legislativo ao Judiciário, é compreensível porque os jornalistas tomem para si a responsabilidade de salvaguardar os direitos da sociedade: “Em face da ineficiência da Justiça, os jornalistas brasileiros se veem tentados a realizar simbolicamente a justiça que ela não é capaz de fazer”(ALBUQUERQUE, 2000, p. 48 *apud* BARBOSA, 2007, p.232).

E a justiça mencionada por Albuquerque pode ser realizada agora, no presente, mesmo que esses fatos tenham sido registrados e deixados nas sombras do passado. Foi acreditando neste poder reparador do jornalismo que Daniela Arbex revisitou o pretérito e o

descortinou no presente. Neste ponto o jornalismo investigativo assume uma dupla função, a de desmascarar o passado calado, tirá-lo de sua zona de esquecimento e fazer uma justiça, ainda que tardia, e paralelamente, precaver o presente e o futuro dos mesmos erros, como esclarece Huyssem (2000): “O futuro não nos julgará pelo esquecimento, e sim pela rememoração ampla de tudo, e ainda por não agirmos de acordo com essas memórias.”

No caso do Holocausto, eu não vou conseguir punir com a minha matéria os autores desse genocídio porque são muitos autores e são muitos governos, e muitas pessoas já morreram também. Mas com certeza eu acho que a gente interferiu quando descortinou isso para as pessoas e provou que esse tipo de tratamento não pode ser tolerado em qualquer tempo. E o mais importante é mostrar que o Brasil teve o seu Holocausto, não foram 8 milhões de judeus mortos, mas foram 60 mil vítimas de uma cultura de atendimento totalmente equivocada e que permanecem até hoje. A gente sabe que existem hospitais que ainda prendem os seus pacientes na cama, que ainda torturam (ARBEX, 2013).

Portanto, a investigação jornalística está intimamente relacionada à justiça, sua necessidade, urgência e precisão. Podemos dizer que foi o próprio Brasil quem fomentou a denúncia como uma necessidade ao ofício jornalístico. Em um país onde ainda se assassina profissionais da imprensa no cumprimento, ainda que questionável sob o ponto de vista da segurança, de seus deveres profissionais, os jornalistas ainda se enxergam como àqueles que podem transmitir algum senso de justiça à população. E esse consenso é difundido simbolicamente a todos os veículos de mídia, dos quais o jornal juiz-forano Tribuna de Minas como vimos, partilha deste preceito.

4 HOLOCAUSTO BRASILEIRO: UMA ANÁLISE CRÍTICA DA NARRATIVA

O jornalismo vive de contar histórias. São elas a principal fonte de inspiração e a razão de ser da profissão. A história do dia-a-dia, a história escondida, a história calada, a história vivida, todas elas servirão de base para transformar o fato em notícia, em manchete, em reportagem, ganhando a atenção do público e alcançando significado e abrangência na sociedade.

Entretanto, entre a ocorrência do fato e a sua posterior transformação em notícia, há um caminho a se percorrer. Nenhuma situação, por mais curiosa, inédita, espetacular ou degradante que seja é por si só uma capa de jornal e justifica um trabalho de reportagem sobre ela. O primeiro passo para uma história se transformar em matéria é a reunião de pauta. Lá o jornalista lançará o seu primeiro olhar sobre a situação e averiguará, em conjunto com seus editores, a possibilidade de transformar aquele caso em assunto. Comprovada a sua importância naquele momento e aprovada enquanto matéria-prima de uma notícia, o jornalista passa então para uma das etapas mais importantes na construção do conteúdo noticioso: a apuração dos fatos.

Nesse momento entram em ação importantes mecanismos que refletirão tudo o que será veiculado posteriormente sobre aquela pauta. Esses mecanismos são a interpretação e a ressignificação do assunto pelo repórter. Mais do que a transmissão pura e simples de um assunto à sociedade, o jornalista atuará como um decodificador do fato, inserindo-o em contexto e angulação para que seja compreendido pelo seu público.

Ainda que esse trabalho se dê de maneira inconsciente, as notícias estarão sempre submetidas a um enquadramento específico, com vistas a proporcionar à população um recorte específico da realidade. Esse recorte é necessário e justifica-se. Geralmente a matéria bruta da notícia se constitui em um emaranhado de informações, nem sempre conexas que apontam para um caminho. Ao jornalista caberá o papel de organizar estas informações de forma coesa, juntar o que está disperso e dar a conotação de importância noticiosa que o assunto merece. Todavia, durante este processo de interpretação e organização do real o repórter fará uso de uma importante ferramenta que será responsável por toda interpretação posterior da notícia pelo público: a narração.

O ser humano é narrativo. Desde os primórdios da evolução humana, o homem procura narrar-se a si próprio e o mundo no qual vivencia suas experiências. Ela é parte integrante da vida e uma forma de reinterpretação do mundo. Quem conta uma história, seja

ela fática, ou seja, baseada no real, ou fictícia, uma fantasia do real, narra, e nesta narração imprime suas convicções e dota de contornos novos o que é narrado.

Para Luiz Gonzaga Motta (2013) as narrativas e as narrações podem ser compreendidas como formas de poder e de hegemonia nas diferentes perspectivas da comunicação. O discurso narrado está inserido em contextos sócio-políticos que delimitarão seus contornos e nuances de acordo com estratégias linguísticas pré-determinadas. Desse modo, ao inserir um recorte específico em determinada fala da fonte, ao ilustrar com determinada fotografia a reportagem, ao fazer uso daquela chamada, usar aquele infográfico ou box, ressaltar certos dados e informações em detrimento de outros, o jornalista está fazendo uso da forma narrativa para transmitir um fato sob um ponto de vista específico e não apenas relatando o que houve.

No jornalismo impresso, foco deste estudo, os discursos gráficos e textuais estão diretamente relacionados à forma de narração adotada. É através deles, explica Abrahan Moles (1974), que o jornal pode ser lido e compreendido. A contextualização da notícia, a disposição hierárquica de informações, a tipografia utilizada e o tratamento realizado nas imagens fotográficas e na linguagem infográfica traduzem a forma e a angulação abordada. O texto, as interlocuções e as artimanhas linguísticas do narrador jornalista completarão o mosaico da notícia transmitida ao público do veículo.

Nesse sentido e compreendendo o discurso jornalístico enquanto narração, este capítulo procurará abordar quais estratégias narrativas foram utilizadas no curso da série “Holocausto Brasileiro” da jornalista mineira, Daniela Arbex, veiculada no jornal juiz-forano Tribuna de Minas no mês de outubro de 2011. Serão relacionadas as técnicas narrativas preponderantes na reportagem bem como os jogos de sentido e interpretação oriundos dessas técnicas com vistas a compreender a ressignificação do real realizada pela repórter. A metodologia utilizada para tal estudo terá como base a análise crítica da narrativa desenvolvida por Luiz Gonzaga Motta. Antes porém, faremos uma retrospectiva da série para contextualizá-la. Posteriormente, a análise propriamente dita será realizada.

4.1 A SÉRIE

A reportagem “Holocausto Brasileiro” começou a ser veiculada no jornal “Tribuna de Minas” no domingo, dia 20 de outubro de 2011 e encerrou-se no dia 27 de novembro, contabilizando 7 matérias diárias. Com a chamada de capa, “Holocausto

Brasileiro: 50 anos sem punição – mais de 60 mil morreram de fome, frio, tortura e doenças variadas no Hospital Colônia de Barbacena, onde 70% não tinham problemas mentais.” (ARBEX, Daniela, 2011, p.1) Daniela Arbex começava a construir o cenário da loucura em Barbacena, 50 anos no passado. Através de um amplo trabalho de pesquisa que durou 30 dias, o jornal reconstituiu o passado do Hospital a partir de imagens do fotógrafo Luiz Alfredo publicadas na revista “O Cruzeiro” no ano de 1961 e de relatos testemunhais de antigos internos, médicos e jornalistas.

Toda a reportagem foi publicada na Editoria Geral e tiveram um grande destaque diário no jornal. Com exceção da entrevista realizada com o cineasta Helvécio Raton e da matéria “Após 10 anos, lei ainda divide especialistas” veiculadas respectivamente nos dias 25 e 26 de outubro que dividiram espaço com outras pequenas notas, todas as demais matérias ganharam páginas inteiras no veículo. As primeiras três matérias veiculadas, “Holocausto Brasileiro: 50 anos sem punição”, “Comércio da morte só parou na década de 80” e “33 crianças viveram horrores da Colônia”, deram destaque em primeiro plano para fotografias de forte impacto de ex-internos, a condição degradante em que viviam e as precárias instalações internas do Hospital.

Algumas matérias da série foram privilegiadas com chapéus, destacados graficamente na página, que antecipavam e nomeavam o assunto a seguir. Foram eles, por ordem cronológica, “60 mil mortos”, “Tragédia Exposta” e “Saúde Mental”. Em todas as matérias foi utilizada a imagem real de um ex-interno sentado em uma janela com grades com os braços para fora, sugerindo um pedido de ajuda. Sobre esta imagem, o *slogan* “Holocausto Brasileiro” foi estampado em letras maiúsculas e destacadas. Esta ilustração vinha posicionada no canto superior esquerdo, ao lado do *lead* de cada matéria.

As três primeiras matérias citadas possuíam um caráter fortemente descritivo. Nelas, a repórter se preocupou em dissecar o histórico do local, explicar sua evolução e decorrente transformação em um “hospital de horrores” e paralelamente resgatar a memória de algumas vítimas do Colônia, desde a internação até o ano de 2011. As quatro últimas matérias adquiriam um tom mais ameno ao tirar o foco predominante na história das vítimas e ancorar-se mais outros pontos-chaves importantes para a contextualização da luta antimanicomial no Brasil. As matérias “Denúncias dão início a reforma psiquiátrica no Brasil” e “Após 10 anos lei ainda divide especialistas” são as principais matérias inseridas neste contexto. A entrevista com o cineasta Helvécio Ratom abordou o ponto de vista de um dos principais denunciadores das condições sub-humanas vivenciadas no Colônia. A última matéria da série “A história por trás da história” foi redigida em primeira pessoa por Daniela

Arbex com o intuito de mostrar o trabalho jornalístico e as impressões pessoais da repórter na construção de “Holocausto Brasileiro”.

4.2 A METODOLOGIA DA ANÁLISE CRÍTICA

Para análise da série “Holocausto Brasileiro” este estudo irá abordar, como já dito anteriormente, a análise crítica da narrativa jornalística abordada por Luiz Gonzaga Motta. Esta metodologia pretende compreender a reportagem enquanto um enredo noticioso, com início, meio, fim, clímax, conflitos, protagonistas e antagonistas que se revezam através das estratégias elaborados pela repórter na narração da notícia. Como esta abordagem pretende-se mostrar que o conteúdo jornalístico, visto sob o prisma de uma narrativa, se transformará em uma nova história, repleta de significações singulares que não podem ser percebidas em uma análise que considere a notícia como mera repercussão de um fato. Vale ressaltar que a análise será realizada com enfoque no texto da repórter, e em como, a partir dele, a narração é elaborada. As fotografias da reportagem e os recursos gráficos do jornal não serão aqui discutidos.

Motta ressalta que “Quem narra tem algum propósito ao narrar, nenhuma narrativa é ingênua” (MOTTA, 2005, p. 3), isto posto, o presente capítulo visará captar como as estratégias narrativas desta série foram elaboradas e utilizadas para transformar o fato em sim em uma complexa história sobre a loucura, onde protagonistas e antagonistas entram em cena para seduzir e conquistar o leitor.

A narrativa pode ser analisada em três diferentes planos, que dialogam entre si: o plano da expressão, exposto na superfície do texto, que identificará a utilização de jogos de linguagem que pretendam inferir certos efeitos, como comoção, medo, riso; o plano da estória, que investigará a sintaxe narrativa do texto e localizará os conflitos principais, o duelo entre protagonistas e antagonistas, a sequencia e o ritmo da história impressos pelo narrador; o plano da metanarrativa, onde surgirão os motivos de fundo que, inseridos em um contexto sócio-cultural, integrarão e darão um sentido ético e moral para a história (MOTTA, 2013, p. 136, 137 e 138).

Nesta análise, optaremos por discutir primeiramente e concomitantemente, os dois planos iniciais, o da expressão e o da estória. Estes planos serão analisados de modo conjunto, sem que faça uma separação demarcada entre eles, já que estão conectados de tal forma um ao outro, que uma separação poderia prejudicar a análise e fragmentar o estudo e o

entendimento. Esta escolha tem por objetivo compreender as nuances e estratégias expressas no texto através da linguagem empregada pela jornalista com vistas a desenvolver um enredo dramático.

No plano da expressão serão selecionadas e analisadas as citações das fontes da reportagem enquanto mecanismos de “produção de efeitos de real” (MOTTA, 2013, p. 199), através do qual a repórter retira a subjetividade do texto e imprime uma conotação fática proposital para o leitor. Essas citações possuem ainda uma segunda e importante função: podem ser compreendidas também enquanto estratégia de legitimação da denúncia feita na reportagem. Através desse mecanismo, a jornalista imprime e reforça a sua tese pela voz de suas fontes, sem interferir diretamente no texto. Serão comentadas também palavras cuja repetição foi marcante no decorrer da série e que reforçavam o lado trágico da narração, como “morte”, “vítimas” e “holocausto”.

O plano da estória será estudado através dos *leads* da reportagem, onde há um conflito narrativo claro em que uma intriga principal se desenvolve. Neste plano, a história será analisada enquanto enredo, com um projeto dramático. Para compreender este projeto, deverá ser identificado qual “lógica do paradigma narrativo” (MOTTA, 2013, p. 146) norteia a história. Este paradigma está relacionado aos estados de mudança do enredo, situado na modificação de uma situação cômoda para outra discordante, ou seja, onde efetivamente se processa a intriga.

Em um segundo momento serão analisados as transformações da fonte, pessoa real, em personagem de uma história, ou seja, por quê esta personagem deve ser entendida enquanto uma representação e não como uma pessoa de carne e osso e em que medida isso favorece a construção narrativa da reportagem. Neste aspecto será ressaltado como esses personagens estão inseridos em um contexto de antagonismo e duelo permanente, onde um lado digladiava claramente com o outro, mostrando uma oposição através da qual o leitor escolherá um lado.

O plano da metanarrativa será analisado em última instância e separadamente, uma vez que ele representa todo o edifício moral e ético que dá legitimidade ao discurso desenvolvido pela narradora jornalista em “Holocausto Brasileiro”, sendo mais claramente observável a partir da conclusão das análises anteriores. Neste plano encontramos o principal subsídio que sustenta a reportagem enquanto denúncia. É a partir dele que o jornalismo como um todo pode justificar-se na sociedade enquanto um agente de mediação e transformação social. Interessa ao jornalismo portanto todas as situações que transgridem o estado natural, que rompem com algum preceito, que trazem em si algum conflito. A partir desta ruptura com

o estável, os repórteres construirão sua notícia e a resignificarão na sociedade através da participação e do consenso de seus receptores, que com ela interagirão.

Além destes três pontos onde o discurso será compreendido e desmembrado, será feita uma breve discussão sobre o poder de voz do narrador. Segundo este paradigma proposto por Luiz Gonzaga Motta (2013), a narrativa jornalística deve ser considerada plurivocal, na medida que está condicionada às intenções e preceitos de um primeiro narrador, entendido neste contexto como o veículo através do qual a notícia é veiculada, de um segundo narrador, o jornalista que conta a história e imprime suas próprias estratégias de sentido à narração, e por último, o terceiro narrador, ou seja, a fonte, que está diretamente subjugada aos dois primeiros, neste estudo de caso.

4.3 APLICAÇÃO DA ANÁLISE CRÍTICA À SÉRIE HOLOCAUSTO BRASILEIRO

Na narrativa jornalística, o primeiro plano através do qual o leitor, telespectador ou internauta realiza o contato inicial com a história ou notícia a ser contada é aquele situado na atmosfera da linguagem. É pela linguagem adotada que o jornalista expressará e divulgará o fato. Para o objeto de análise deste estudo, a série Holocausto Brasileiro, a linguagem é de extrema importância, uma vez que o veículo através do qual ela se ancora é o jornalismo impresso, o jornal. No jornal, as palavras e expressões escolhidas pelo repórter saltam direto para o colo do leitor, sendo o meio através do qual jornalista e público dialogam e se relacionam.

A linguagem está inserida no plano da expressão, proposto por Luiz Gonzaga Motta. Neste plano o narrador jornalista fará uso das primeiras estratégias a fim de conquistar o leitor para a história que pretende contar. Através do discurso, ele imprimirá tonalidades e ênfases, destacará certos aspectos, priorizará um determinado ângulo da história e fará usos de algumas expressões gramaticais de acordo com a intenção comunicativa que pretenda adotar ou inferir em seu relato (MOTTA, 2013, p. 137).

Várias podem ser as estratégias de produção de efeito de real que o narrador jornalista fará uso em seu texto com a finalidade de trazer veracidade e a autenticidade para o seu relato do fato. Neste estudo vamos optar pelas citações, tanto de fontes quanto de falas das fontes. Esta escolha tem por objetivo comprovar a importância destas citações para a criação de uma narração dramática na reportagem. Apesar de conferirem uma real autenticidade para

aquilo que é relatado, a escolha das fontes e de suas declarações cabe sempre ao jornalista e está, portanto, condicionada ao seu crivo. É ele quem escolhe quais falas entrarão em sua matéria e esta escolha tem por objetivo direcionar o olhar do leitor para a visão que ele, jornalista, pretende passar do fato noticioso.

Na série “Holocausto Brasileiro”, uma série de expressões de caráter negativo foram utilizadas em toda a reportagem com o intuito de reforçar o lado trágico da denúncia realizada pela repórter Daniela Arbex. Entretanto, antes de analisa-las é preciso compreender outro movimento, próprio da narração jornalística, que tem por finalidade trazer um caráter fático e real para a narrativa e, paralelamente, distanciar o repórter desta narração, como se os fatos e a histórias falassem por si só. Esse movimento é chamado por Motta (2013) de “estratégias de produção de efeito de real”.

4.3.1 O PLANO DA EXPRESSÃO E O PLANO DA ESTÓRIA: PERSONAGENS, CONFLITO, CITAÇÕES E EXPRESSÕES

A reportagem “Holocausto Brasileiro” foi composta de sete matérias diárias, nas quais 21 fontes revezaram suas falas na reconstrução da história do Hospital Colônia e do tratamento psiquiátrico no Brasil. As 21 fontes mencionadas, composta por médicos, jornalistas, políticos, uma ex-funcionária do hospital e uma sobrevivente da Colônia, tiveram suas declarações inseridas em pontos cruciais da narrativa. A escolha da fala de cada uma pela repórter permitiu a criação, na perspectiva do leitor, de um cenário trágico vivenciado no interior dos muros do Hospital Colônia, em Barbacena.

Para a análise a seguir, este estudo irá apontar as declarações cujo conteúdo evidencie a escolha da repórter para justificar a denúncia do “Holocausto Brasileiro”. Paralelamente, serão também analisados os *leads* (jargão jornalístico utilizado para representar as primeiras linhas da reportagem, na qual será explicado o como, quando, onde e porquê do fato) das quatro primeiras matérias da reportagem com o objetivo de inferir a construção de um conflito dramático delimitado, com início, meio e fim e onde protagonistas e antagonistas disputam o espaço de uma narração trágica. Como já mencionado anteriormente, as três primeiras matérias da serie possuem um caráter mais descritivo e dramático. A repórter reconstrói a história do Hospital Colônia de Barbacena a partir, em grande parte do relato de pessoas diretamente envolvidas com ele.

A primeira matéria, “Holocausto Brasileiro: 50 anos sem punição” (ARBEX, 2011, p. 1), faz uma recapitulação do histórico do local, da sua criação em 1903 à transformação em um hospital de horrores, superlotado e entregue ao pior tipo de sorte, durante a ditadura militar; são expostos dados que evidenciam o extermínio de 60 mil pacientes, vítimas de falta de cuidados e maus-tratos variados.

Figura 1

redacao@tribunademinas.com.br

{ Geral }

TRIBUNA DE MINAS
DOMINGO - 20/11/2011 3

60 MIL MORTOS

Holocausto brasileiro: 50 anos sem punição

Série de reportagens pretende mostrar dívida da sociedade com os “loucos” de Barbacena

DANIELA ARBEX
Repórter



Esgoto era fonte de água de internos

Entrar na Colônia era a decretação de uma sentença de morte. Sem remédios, comida, roupas e infraestrutura, os pacientes debilitavam. Ficavam nus e descalços na maior parte do tempo. No local onde haviam guardado o lixo de enfermeiros, o serviço de limpeza era descurado. Os internos defecavam em público e se alimentavam das próprias fezes. Faltava do esgoto que corria no porão a principal fonte de água. “Muitas das doenças eram causadas por contatos com fezes que eles comiam. A comida era muito pior do que parece. Chegava a ser alimentado sendo jogados em cacos, e os pratos eram usados para comer, como animais. Virei o campo de futebol e não vi diferença. O que acontece lá é a desumanidade, a crueldade planejada. No hospital, não se vê caráter humano de uma pessoa, e ela deixa de ser gente. Há um total desinteresse pela vida. Basta dizer que os eletrochoques eram dados indiscriminadamente. De noite, a energia elétrica da cidade não era suficiente para aquecer a água. Muitos moravam, outros sofriam ataques graves”, revela a pesquisadora e escritora Rosalinda Soares Cordeiro, 80 anos, que trabalhou na Colônia no início da década de 80 como secretária geral da então criada Fundação Estadual de Assistência Psiquiátrica, substituída, em 77, pela Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais (FHEMIG). A FHEMIG continua responsável pela instituição, reformulada a partir de 1980 e, recentemente, transformada em hospital regional. Hoje, o Centro Hospitalar Psiquiátrico de Barbacena (CHPB) atende um universo de 30 cidades e uma população estimada em

300 mil habitantes em 1980, os internados

Ocidente e tratamento desumano em um dos pavilhões que abrigavam mulheres

Já nesta matéria é possível identificar a linha de raciocínio que a repórter pretende seguir durante toda a narrativa, ou, nas palavras de Motta (2013), “a lógica do paradigma narrativo”: o Hospital Colônia de Barbacena atuou durante décadas como uma instituição psiquiátrica que ao invés de prezar pela tutela responsável de seus internos, promoveu um verdadeiro genocídio ao fazer uso de métodos equivocados e irresponsáveis de tratamento psiquiátrico. Para ancorar esta assertiva de forma fática e convencer o leitor dela, a matéria coloca em foco fontes que confirmarão a rotina de crueldades vivenciadas no hospital. Antes porém, no *lead* da reportagem, a própria jornalista colocará esta sentença em evidência para os leitores:

Não se morre de loucura. Pelo menos em Barbacena. Na cidade do Holocausto brasileiro, mais de 60 mil pessoas perderam a vida no Hospital Colônia, sendo 1.853 corpos vendidos para 17 faculdades de medicina até o início dos anos 1980, um comércio que incluía ainda a negociação de peças anatômicas, como fígado e coração, além de esqueletos. As milhares de vítimas travestidas de pacientes psiquiátricos, já que mais de 70% dos internados não sofria de doença mental, sucumbiram de fome, frio, diarreia, pneumonia, maus-tratos, abandono, tortura. Para revelar uma das tragédias brasileiras mais silenciosas, a Tribuna refez os passos de uma história de extermínio (ARBEX, 2011, p.1).

Neste estudo, compreendemos projeto dramático enquanto uma forma de reconstrução da realidade, através da qual o narrador reconfigura o fato de modo a produzir determinadas respostas em seu receptor; em acordo com os recursos discursivos que tem a seu dispor, o narrador fará uso de determinadas estratégias argumentativas em prol da lógica narrativa que pretende adotar (MOTTA, 2013, p. 143).

De acordo com esta assertiva, podemos identificar o projeto dramático desenvolvido pela repórter na série “Holocausto Brasileiro”: denunciar através da recuperação do passado o extermínio em massa de milhares de pacientes de uma instituição psiquiátrica. Extermínio esse causado pela própria instituição a qual os internos foram confiados. Este fato trágico sustentará e dará ritmo e lógica à narrativa. Segundo Riceur (1983) qualquer história será alicerçada por estados de mudança, para melhor ou para a pior. Serão através dos acidentes e acontecimentos lamentáveis e discordantes que a narrativa atingirá seu mais alto grau de tensão. O autor esclarece ainda que esta lógica é aplicada tanto a narrativa dramática e teatral, quanto à fática e historiográfica. (nota de rodapé).

Ao iniciar a matéria com o parágrafo acima descrito, a repórter introduz imediatamente o discordante e o lamentável na narrativa ao evidenciar a morte de mais de 60 mil pessoas por fome, frio, maus tratos e tortura no Hospital Colônia. No primeiro contato do leitor com o texto, ele é rapidamente retirado de sua zona de conforto e convidado a acompanhar uma história, cujo grau de tensão aumentará a cada novo testemunho do passado vivenciado na Colônia.

A primeira fonte utilizada tem a sua fala encaixada nesta perspectiva. Membro da Escola Brasileira de Psicanálise e da Associação Mundial de Psicanálise, Wellerson Durães de Alkmim conta como foi o seu primeiro dia no hospital:

Eu era estudante do Hospital de Neuropsiquiatria Infantil, em Belo Horizonte, quando fui fazer uma visita à Colônia 'Zoológica' de Barbacena. Tinha 23 anos e foi um grande choque encontrar, no meio daquelas pessoas, uma menina de 12 anos atendida no Hospital de Neuropsiquiatria Infantil. Ela estava lá numa cela, e o que me separava dela não eram somente grades. O frio daquele maio cortava sua pele sem agasalho. A metáfora que tenho sobre aquele dia é daqueles ônibus escolares que foram fazer uma visita ao zoológico, só que não era tão divertido, e nem a gente era tão criança assim. Fiquei muito impactado e, na volta, chorei diante do que vi (ALKMIN *apud* ARBEX, 2011, p. 1).

Relacionando as duas falas, a da repórter e a do psiquiátrica, outro importante movimento da narração pode ser percebido: a construção da personagem e a sua centralidade na narrativa. A personagem a qual nos referimos são as vítimas é por elas que a denúncia foi

realizada e é ao redor delas que toda a reportagem estará, seja através de uma declaração, lembrança ou citação.

Aqui, recorreremos novamente à metodologia de Luiz Gonzaga Motta (2013) para explicar a função da personagem, o que ela representa na narrativa e por quê os fatos serão descritos em função dela. Primeiramente é preciso que se esclareça a transformação da fonte, em personagem. O narratólogo norte-americano Gerard Price (1987) define “personagem” como um ser de traços antropomórficos inserido em uma ação antropomórfica, ou seja, um ator, reproduz de forma dramática as ações, qualidades e defeitos de um ser humano. Embora, inegavelmente, o ator que representa seja um ser humano, ele está representando um papel, uma pessoa fictícia inserida em um contexto narrativo próprio, daí dizer-se que ele está fazendo um personagem.

De modo semelhante ao que acontece na arte da representação, nos palcos de teatro, novelas e filmes, em que uma pessoa real interpreta uma personagem, nas reportagens jornalísticas, sobretudo na que está sendo aqui analisada, isso também ocorrerá. No jornalismo, as pessoas reais, das quais o discurso narrativo se apropria para contar uma história, só existem de forma real efetivamente, fora da reportagem. Do momento em que são inseridas no âmbito da notícia, elas transformam-se em personagens, uma vez que estão dependentes de um discurso fabricado e produzido, em um cenário determinado, onde o narrador, ou o repórter, determinará suas nuances, a medida da angulação e o recorte exato de sua declaração (quando houver) que venha trazer credibilidade e veracidade para aquilo que é noticiado; apesar de representarem pessoas, não são reais, são apenas representações. Como ressalta Motta: “Um analista da narrativa jornalística precisa manter em mente que as personagens que as notícias relatam habitam a realidade da própria narrativa” (MOTTA, 2013, p.190).

Isto posto, compreendemos que as personagens principais da narrativa jornalística “Holocausto Brasileiro”, citadas no *lead* da matéria pela repórter, as vítimas, são representações das pessoas reais que foram internadas e viveram no Hospital Colônia de Barbacena, mas, inseridas no discurso da reportagem, transformam-se em personagens. Podemos considera-las como as protagonistas da narrativa porque são elas o “ponto de foco dramático” da série (CAMPOS, 2007, p. 45 apud MOTTA, 2013, p.174). A partir da história, dos dramas e traumas causados nas vítimas que todo o enredo da série é construído e apresentado para o leitor.

Duas fontes farão as primeiras importantes analogias entre o Hospital Colônia e o holocausto nazista. Antes destas, apenas a repórter a havia realizado, nas primeiras linhas da

reportagem. Ao colocar o recorte da declaração das fontes com esta analogia no começo da narração, a jornalista alicerça e ancora o seu relato através da fala de outras pessoas. Ou seja, através da declaração de fontes oficiais a repórter justifica a sua tese e o título de sua reportagem, “Holocausto Brasileiro”, sem interferir diretamente na reportagem e preservando a conotação fática do relato. Vale ressaltar que a fala dessas fontes adquirem um caráter verossímil por se tratar de autoridades no assunto em questão: o psiquiatra e escritor Ronaldo Simões Coelho, que trabalhou na Colônia no início da década de 1960 como secretário geral da Fundação Estadual de Assistência Psiquiátrica, e o ex-secretário de estado da saúde de Minas Gerais e ex-deputado federal Marcus Pestana.

Vale aqui uma importante observação. É próprio da narrativa jornalística acrescentar o cargo, profissão ou função profissional que a fonte realiza antes do nome próprio. Essa nomenclatura é chamada por Motta (2013) de “designante textual” e, segundo o autor, dentro da narrativa, indica como o narrador quer que o leitor conceba e imagine seus personagens. Apesar dessa ser uma prática comum dentro do jornalismo, a designação do cargo das fontes, nesta reportagem, funciona como um designante textual importante de demarcação. Se de um lado, a repórter indica os ex-internos da Colônia como vítimas, do outro, as fontes representadas por médicos, políticos e jornalistas, com os seus respectivos cargos elencados, são o contraponto, a voz da razão de fora do hospício. Pessoas respeitáveis socialmente que tiveram contato com o Hospital e testemunharam os horrores lá cometidos. Neste contexto, a suas respectivas falas adquirem um alto sentido de confiabilidade para o leitor.

Retornando para as declarações, Ronaldo Simões Coelho destaca os maus tratos como principal fator de relação com o holocausto nazista. Sua fala é fundamentada pela perspectiva de quem viu os campos de concentração da Alemanha de perto:

A coisa era muito pior do que parece. Cheguei a ver alimentos sendo jogados em cochos, e os doidos avançando para comer, como animais. Visitei o campo de Auschwitz e não vi diferença. O que acontece lá é a desumanidade, a crueldade planejada. No hospício, tira-se o caráter humano de uma pessoa, e ela deixa de ser gente. Havia um total desinteresse pela sorte. Basta dizer que os eletrochoques eram dados indiscriminadamente. Às vezes, a energia elétrica da cidade não era suficiente para aguentar a carga. Muitos morriam, outros sofriam fraturas graves (COELHO *apud* ARBEX, 2011, p.1).

Nota-se que Ronaldo Simões Coelho utiliza a expressão “doidos” e “ como animais” para referir-se aos internos do Hospital. Apesar da declaração ser da fonte, foi a repórter quem a selecionou, recortou e inseriu no texto. A escolha deste trecho com estes

“designantes textuais” corrobora com a imagem de maus tratos destacadas logo no primeiro parágrafo da matéria. Mais uma vez percebemos o protagonismo das vítimas, sendo utilizadas no discurso como “ponto de foco dramático”, são elas que realizam as ações de maior carga dramática do texto.

Marcus Pestana situa a condição vivenciada na Colônia como um capítulo importante, apesar de trágico, para guiar de forma mais humanitária a saúde pública. Em sua declaração há uma equivalência direta entre o holocausto da Alemanha de Hitler e o holocausto de Barbacena:

Por mais duro que seja, há que se lembrar sempre, para nunca se esquecer - como se faz com o holocausto - as condições subumanas vividas naquele campo de concentração travestido de hospital. Trazer à tona a triste memória dessa travessia marcada pela iniquidade e pelo desrespeito aos direitos humanos é uma forma de consolidar a consciência social em torno de uma nova postura de atendimento, gerando uma nova página na história da saúde pública (PESTANA *apud* ARBEX, 2011 p. 1).

Mais duas fontes são mencionadas, dessa vez, pessoas que estão inseridas na rotina diária do Hospital Colônia. Marlene Laureano, funcionária da unidade até os dias atuais (o antigo Hospital Colônia funciona hoje como o Centro Hospitalar Psiquiátrico de Barbacena) e Sonia Maria da Costa, que chegou ao hospital quando criança. Marlene destaca a negligência e super lotação do local: "Todas as manhãs, eu tirava o capim e colocava para secar. Também dava banho nos pacientes, mas não havia roupas para vestirem. Tinha um pavilhão com 300 pessoas para alimentar, mas só tinha o suficiente para 30. Imagine!" (LAUREANO *apud* ARBEX, 2011, p. 1). Sonia ressalta a rotina de maus tratos a que eram submetidos: "Lá no hospital judiavam muito da gente. Já apanhei muito, mas bati em muita gente também. Como era agressiva, me deram muito choque. Agora tenho comida gostosa, talheres e o principal: liberdade" (COSTA, *apud* ARBEX, 2011. p. 1).

Os relatos estabelecem uma relação de simetria e complementação. As falas transcritas dos médicos são autenticadas pelas da funcionária e da sobrevivente. Percebe-se que não há um contraponto ou uma fonte que justifique o tratamento psiquiátrico feito na Colônia como necessário ou responsável. A repórter parte de prerrogativa que o que foi

praticado naquele hospital é injustificado e desumano, e as declarações de cada fonte expressam exatamente esta ideia, não por acaso, uma vez que foram escolhidas para ocuparem um espaço determinada dentro da narrativa. Marlene e Sonia são personagens da matéria, inseridas para confirmar e ratificar a tese “Holocausto Brasileiro”. Atuam na narrativa como interlocutoras e testemunhas de uma tragédia, através delas a jornalista transmite sua argumentação e demarca seu ponto de vista e angulação do fato.

A segunda matéria, “Comércio da morte só parou da década de 80 – Hospital Colônia vendeu 1.853 corpos para faculdades de medicina: estudantes desconheciam o horror por trás dos corpos usados nas aulas” (ARBEX, 2011, p. 5), abria um novo capítulo na história do hospital. A repórter destaca médicos que tiveram contato com o hospital ainda durante a graduação e evidencia o estranhamento e horror destes ao descobrirem a procedência dos cadáveres utilizados nas aulas de anatomia. A reportagem ressalta que o comércio de corpos da Colônia era um mercado lucrativo que beneficiava várias faculdades de medicina da região.

Figura 2



O *lead* da segunda matéria, traz, como no primeiro, um tom urgente de denúncia. Aqui é possível perceber com maior clareza a consolidação de um duelo, que iniciou-se na primeira matéria da série. Para a fundamentação de uma narração que estabeleça um “projeto dramático” a partir de uma situação discordante, como àquela que é foco desta análise, é necessário que dois lados sejam claramente identificados pelo leitor: àquele que originou o conflito e àquele que protagonizou este conflito. Neste estudo, o causador do conflito é o Hospital Colônia e as protagonistas deste conflito, as vítimas.

A matéria consolida a separação e o embate desses dois lados pela narração da repórter, que através de predicados evidencia a atuação do Hospital. Os predicados, entendidos aqui como ação da personagem, não aparecem sempre de maneira clara no texto, mas a sua oposição pode vir subentendida e ser assimilada pelo receptor de maneira natural (MOTTA, 2013, p.184). Por exemplo, no trecho abaixo, a narradora coloca como ação do Hospital causar mortes em massa. O leitor, ao ler esta assertiva compreende esta ação como algo extremamente ruim, mesmo que sua oposição, gerar a vida, não esteja enunciada no texto. Com a demarcação destas ações, a repórter apresenta o Hospital como o antagonista da narrativa, aquele cujas ações serão contrárias a do protagonista (vítimas):

A subnutrição, as péssimas condições de higiene e de atendimento provocaram mortes em massa no Hospital Colônia, de Barbacena, superando 60 mil óbitos. Registros da própria entidade, criada em 1903, apontam para 16 falecimentos por dia, em média, no período de maior superlotação, ocorrido a partir de 1960. As emanções fétidas exaladas da instituição atraíam urubus a todo instante. Pior: a disponibilidade de cadáveres acabou alimentando uma indústria macabra de venda de corpos usados para abastecer 17 faculdades de medicina do país (...) (ARBEX, 2011, p.5).

Para dar voz a estas denúncias e demarcar o Hospital Colônia de Barbacena como o causador primário desse conflito, mais uma vez a jornalista recorre a fontes que confirmam autenticidade e embasamento ao relato, como o psiquiatra Paulo Henrique Alves, estudante da Faculdade de Medicina da UFMG, em 1967, que teve contato com uma das remessas de corpos da Colônia usados nas aulas de anatomia.

No primeiro ano de medicina, não tínhamos ideia da crueldade que estava por trás daqueles corpos. Às vezes, ao dissecarmos um pulmão, percebíamos a presença de tuberculose. Também chamava atenção a magreza daqueles cadáveres usados nas aulas de anatomia. Mais tarde, começamos a tomar conhecimento do que se passava naquele hospital. Aí comecei a ser crítico de tudo aquilo (ALVES *apud* ARBEX, 2011 p.5).

Um segundo relato que merece destaque é o do jornalista Luiz Alfredo, responsável pelo maior registro fotográfico das condições vivenciadas no hospital. O jornalista fez a cobertura para uma matéria especial veiculada na revista “O Cruzeiro”. Apesar de não utilizar a expressão holocausto, Luiz Alfredo faz uso em uma única declaração das expressões, horror, tragédias, mortes, crime e assassinato em massa, que em um mesmo contexto e inseridas na lógica da reportagem corroboram com a assertiva de “Holocausto Brasileiro”. Percebe-se que a repórter, sempre que possível, utiliza esta estratégia para fixar a temática do holocausto na reportagem e, por consequência, no leitor. Não por acaso esta frase

foi escolhida pela lógica narrativa da repórter: “Tive a sorte de estar lá e só precisei clicar a máquina, porque o horror estava ali. A gente lida com muitas tragédias, vê muitas mortes, mas aquilo não era acidente, era um crime, um assassinato em massa” (ALFREDO apud ARBEX, 2011, p. 5)

A terceira matéria, “33 Crianças viveram horrores da Colônia” (ARBEX, 2011, p. 5) procurou mostrar como eram as vidas das crianças internadas na Colônia, bem como das mulheres que tiveram filhos dentro hospital. Neste contexto duas histórias de ex-internos são destacadas pela repórter: Silvio Savat que ainda hoje possui sérias limitações e necessita de tratamento permanente, e Sueli Aparecida Resende, que entrou no hospital aos 8 anos de idade e aos 27 deu à luz a uma menina que foi retirada de seus cuidados e doada a uma funcionária da instituição. A menina apenas tomou conhecimento da história anos depois e ao procurar pela mãe, soube que ela havia falecido poucos meses antes.

Figura 3



Nesta terceira matéria, com os dois lados em disputa consolidados, o Hospital Colônia e as vítimas, a repórter começa novamente com o *lead* que evidencie este duelo e, ressalte o protagonismo das vítimas:

Crime de lesa humanidade. Talvez essa seja a expressão possível para definir a rotina do Hospital Colônia de Barbacena onde, até a década de 1980, crianças eram mantidas nos pavilhões e recebiam tratamento idêntico ao oferecido aos adultos, permanecendo, inclusive, no meio deles. Trinta e três meninos e meninas do hospital psiquiátrico da cidade de Oliveira (MG), que havia sido extinto nos anos 1970, foram transferidos para a unidade. Lá eles sentiram na pele os maus-tratos das

correntes, da camisa de força, do encarceramento e do abandono (ARBEX, 2011, p.5).

A seleção de um personagem principal, o protagonista, tem por objetivo estabelecer uma referência através da qual a narrativa será organizada e, posteriormente, recebida pelo receptor de modo coeso e significativo (CAMPOS, 2007, p. 150 *apud* MOTTA, 2013, p. 187). A partir disso advém a necessidade de demarcação das vítimas e vitimização dos ex-internos, principalmente no início da narrativa, no *lead* da reportagem. É neste momento que o leitor encontra-se novamente com texto e poder retomar o assunto do dia anterior. Ao vitimizar os ex-internos e ressaltar o lado trágico de suas experiências no primeiro parágrafo da matéria, a repórter retoma o protagonismo de suas vítimas e demarca novamente a denúncia para o receptor.

As duas personagens através da qual a terceira matéria constroem-se, Sílvio Savat e Sueli Aparecida Rezende, não atuam de forma ativa no texto, propositalmente. A presença silenciosa de cada um causa ainda mais legitimidade para a narração. A repórter comprova, através da declaração de personagens secundárias (Mercês Atem Osório e Débora Aparecida) o antagonismo do Hospital Colônia na narrativa e a sua posição como originador do conflito e da tragédia que atingiu seus protagonistas, as vítimas.

Silvio é retratado como o reflexo dos maus tratos vivenciados no hospital. A repórter o situa como um ícone vivo, mais do que um interno, um sobrevivente, alguém que sentiu na pele os maus tratos da Colônia e que ganha voz na voz da coordenadora do Lar Abrigado (instituição para a qual foi transferido, situada em Belo Horizonte) Mercês Hatem Osório:

O Silvio, como os outros, chegou aqui imundo. Vieram para passar um dia e acabaram ficando a vida inteira. Quem os recebeu ficou chocado com o estado dos vinte e tantos meninos de Barbacena. Aqui eles tiveram que aprender até como usar o banheiro. (...) Nenhum dos quatro que ainda estão vivos fala, mas a gente entende o que eles querem, inclusive seus gritos. O bonito de verdade é que eles não têm mais o olhar perdido (OSÓRIO *apud* ARBEX, 2011, p. 5).

A história de Aparecida Silva Rezende ganha vida pela voz da filha, arrancada de seus braços recém-nascida. Mais uma vez percebe-se que a história contada de maneira indireta pode funcionar muito bem a finalidade que a narrativa se propõe. Neste caso, temos um hospital psiquiátrico acusado do homicídio criminoso de mais de 60 mil pessoas. A história, naturalmente trágica e posta sobre o prisma de denúncia pela jornalista aborda, portanto, os lados mais dramáticos desta narrativa. Isso posto, justifica-se a utilização de

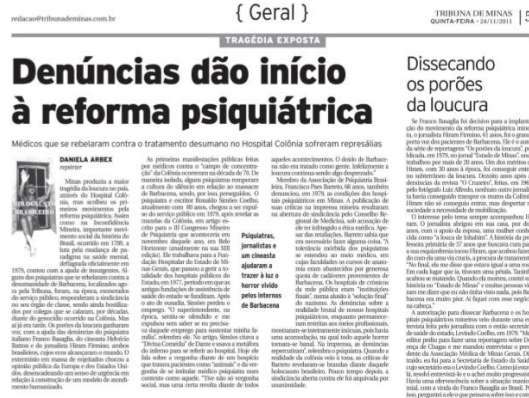
fontes que colaborem com a visão trágica da narrativa e lhe emprestem força e autenticidade. É o que a fala de Débora Aparecida comprova:

Descobrir a minha história foi muito importante, porque, desde criança, eu carregava um vazio tremendo e me sentia deslocada no lar em que vivia. Eu era uma criança triste e, somente aos 23 anos, descobri minha adoção e também que meus familiares estavam envolvidos nessa mentira. Quando soube da minha mãe, fiquei muito emocionada e fiz questão de encontrá-la. Não deu tempo. No entanto, fui informada por funcionários do hospital que ela me procurou a vida inteira (APARECIDA *apud* ARBEX, 2011, p. 5).

A partir da quarta matéria há uma mudança gradativa na abordagem de “Holocausto Brasileiro”. Nota-se que as três primeiras matérias serviram de base e justificativa para a denúncia em questão. Elas guiaram o leitor para o universo do Hospital Colônia, 50 anos no passado e evidenciaram, principalmente pelo relato das fontes, como era a rotina daquele hospital e como milhares de pessoas tiveram suas vidas abreviadas por ele. Neste ponto, o leitor já está familiarizado com a reportagem e pode compreender o movimento seguinte, que é o da contextualização do fato em uma perspectiva mais abrangente.

A quarta matéria, “Denúncias dão início à reforma psiquiátrica”(ARBEX, 2011, p. 5), dissertou sobre as primeiras denúncias da classe médica ao tratamento desumano utilizado na Colônia e os primeiros movimentos da reforma psiquiátrica no país. A jornalista explica que no ano de 1979 o principais expoente da reforma manicomial na Itália, Franco Basaglia, esteve no Brasil e visitou o Hospital Colônia, ficando estarecido com o cenário que vislumbrou. A partir desta visita, a Associação Mineira de Saúde Mental ganhou força e começou a militar mais fortemente pelos direitos dos portadores de doenças psiquiátricas.

Figura 4

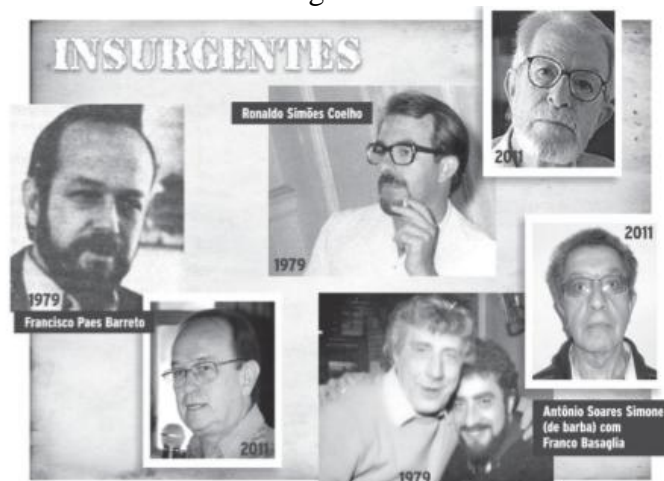


No *lead* desta matéria a repórter fará uso novamente de uma importante estratégia narrativa, estratégia essa que sustenta a tese “Holocausto Brasileiro” deste o primeiro capítulo da série: a analogia. Se, anteriormente, a analogia foi utilizada, sobretudo nas falas das fontes, como um estratagema de ratificação da tese levantada, agora, é na própria voz da jornalista que ela se expressará no texto. Este movimento coloca em ação personagens que, apesar de aparecerem nas matérias anteriores de forma isolada, agora através do discurso argumentativo empregado pela narradora, adquirem uma conotação mais emblemática para a reportagem.

Minas produziu a maior tragédia da loucura no país, através do Hospital Colônia, mas acolheu os primeiros movimentos pela reforma psiquiátrica. Assim como na Inconfidência Mineira, importante movimento social da história do Brasil, ocorrido em 1789, a luta pela mudança de paradigma na saúde mental, deflagrada oficialmente em 1979, contou com a ajuda de insurgentes. Alguns dos psiquiatras que se rebelaram contra a desumanidade de Barbacena, localizados agora pela Tribuna, foram, na época, exonerados do serviço público, responderam a sindicância no seu órgão de classe, sendo ainda hostilizados por colegas que se calaram, por décadas, diante do genocídio ocorrido na Colônia (ARBEX, 2011, p.5).

Os primeiros psiquiatras que demonstraram indignação com o que era praticado na Colônia são relacionados aos insurgentes da Inconfidência Mineira, importante movimento social do Brasil no qual os brasileiros lutaram pela liberdade contra a opressão do governo português no período colonial, em 1789. Este fato histórico está impresso na memória da população; ainda que de forma vaga, as pessoas tendem a fazer uma correspondência dos inconfidentes com heróis, que lutaram pela liberdade do povo brasileiro. A evocação deste episódio mostra uma perspicácia da repórter ao direcionar o olhar do leitor para a importância dos médicos que começaram a luta antimanicomial no Brasil, relacionando seus feitos diretamente ao dos realizados pelos inconfidentes mineiros.

Figura 5



Se, como já discutido anteriormente, as vítimas ocupam o papel de protagonistas no enredo e a Instituição Hospital Colônia personifica a causa geradora do conflito, agindo como um antagonista, os psiquiatras que se rebelaram com o que era praticado no hospital serão representados na série como os grandes heróis da história contada, àqueles que reconheceram a injustiça e movimentaram-se em prol de uma solução e uma salvação das vítimas da Colônia. Vale ressaltar que, toda argumentação utilizada na construção de uma narração, possui um objetivo, mesmo que ele não esteja claro para o leitor. Ao posicionar os psiquiatras nesta perspectiva e, neste ponto da série, a jornalista apresenta uma solução parcial, para o conflito dramático “Holocausto Brasileiro”: as primeiras denúncias realizadas pela classe médica foram as responsáveis pelas primeiras mudanças nas diretrizes do tratamento psiquiátrico no Brasil.

Em um enredo ficcional as histórias apresentam um começo, desenvolvimento e final. Entre o desenvolvimento e o final, um conflito geralmente permeia a narrativa, conferindo ritmo e clímax e, após sua resolução, ocorre o desfecho. Percebe-se que na série “Holocausto Brasileiro” o movimento será semelhante. Se nas primeiras matérias a repórter apresentou o conflito dramático (Holocausto Brasileiro) e posicionou estrategicamente seus protagonistas (vítimas) e antagonista (Hospital Colônia) com vistas a demonstrar como a ação de um repercutiu tragicamente sobre o outro, agora ela insere àqueles que trazem a dissolução deste conflito, designados por ela como “os insurgentes”.

Em sua relação com o narratário, o narrador é capaz de articular astuciosamente e propositalmente aquilo que lhe pareceu crível com o intuito de combinar ações dentro da narrativa. Essas combinações, que nada mais são do que intensões persuasivas na composição da intriga, são entendidas aqui como episódios de tensão, clímax, surpresas, começo, desenvolvimento e final, quesitos importantes da ordem narrativa, encadeados com a finalidade de produzir uma resposta emocional no interlocutor (MOTTA, 2013, p. 150).

Neste contexto, entra em evidência a declaração da primeira fonte, Membro da Associação de Psiquiatria Brasileira, Francisco Paes Barreto, que em 1979 também denunciou as condições dos hospitais psiquiátricos em Minas. Paes Barreto é mais uma personagem a corroborar com a primeira analogia criada pela jornalista, na qual o Hospital Colônia e o holocausto nazista estão intimamente relacionados. Na frase também estão expressas as palavras cadáveres, nazismo e horror, que, em conjunto, formam um verdadeiro cenário de holocausto na perspectiva do leitor:

A tolerância mórbida dos psiquiatras se estendeu ao meio médico, em cujas faculdades os cursos de anatomia eram abastecidos por generosa quota de cadáveres provenientes de Barbacena. Os hospitais de crônicos da rede pública eram "instituições finais", numa alusão à "solução final" do nazismo. As denúncias sobre a realidade brutal de nossos hospitais psiquiátricos, enquanto permaneceram restritas aos meios profissionais, mostraram-se inteiramente inócuas, pois havia uma acomodação, na qual todo aquele horror tornara-se banal (BARRETO *apud* ARBEX, 2011, p. 5).

Com esta assertiva, a série finaliza as declarações de cunho dramático para abrir espaço para a discussão em torno da luta antimanicomial, os primeiros movimentos, o que mudou e o que ainda pode ser melhorado. É explicado para o leitor o conceito de residências terapêuticas (casas localizadas no espaço urbano construídas para responder às necessidades e moradia de pessoas portadoras de transtornos mentais graves, internadas em clínicas ou não) e a nomeação de Barbacena como a cidade com o maior número destas residências do país em relação ao número total de habitantes. As discussões sobre a psiquiatria no Brasil, iniciadas na quarta matéria serão finalizadas apenas na sexta matéria.

No quinto capítulo da reportagem, a jornalista abre espaço para uma abordagem diferente, e ao invés do modelo tradicional de reportagem, é realizada uma longa entrevista com o cineasta Helvécio Ratton, idealizador do documentário "Em nome da razão" de 1977 através do qual o mundo pode conhecer como era a rotina da Colônia. Toda a entrevista discorre sobre o documentário, por quê e como foi filmado, as impressões de Ratton sobre o hospital e seus pacientes e etc. Em cada resposta o cineasta reafirma, com palavras diferentes, tudo o que as demais fontes mencionadas já haviam relatado. Na última pergunta porém, quando a repórter questiona sobre o por quê do nome "Em nome da Razão", Helvécio Ratton responde com uma afirmação que justifica, do ponto de vista narrativo adotado pela jornalista, o porque da denúncia:

Porque "em nome da razão" é que essas pessoas eram confinadas. Em nome da razão, se matava, se drogava, praticamente se torturava. Como se as pessoas destituídas de razão pudessem sofrer tudo aquilo. Queria dar um sentido dúbio. É como se, em nome da razão, se cometessem todos aqueles crimes e, em nome da razão, era fundamental que se parasse de cometer. Trinta e um anos se passaram, mas aquilo continua tão vivo (RATTON *apud* ARBEX, 2011, p.5)

Por quê denunciar um acontecimento localizado 50 anos no passado? Com a reprodução desta fala do cineasta, a repórter responde a esta pergunta e reafirma a importância

da denúncia. Apesar do protagonismo da entrevista estar centrado naquele que é entrevistado, é o entrevistador, ou seja o jornalista, quem elabora o roteiro de perguntas e guia o entrevistado na direção mais apropriada e que dará maior subsídio e respaldo ao relato e, neste caso, à reportagem como um todo.

A sexta matéria, “Após 10 anos lei ainda divide especialistas” (ARBEX, 2011, p. 4), discorre sobre a Lei 10.216 de 2001 de autoria do então deputado federal Paulo Delgado, que propõe um modelo de atenção à saúde mental aberto e de base comunitária, extinguindo o antigo modelo asilar manicomial. No decorrer da matéria, a repórter contrapõe os dois lados, mostrando os questionamentos de quem é contra e de quem é a favor da Lei. Percebe-se, que ao contrário das primeiras quatro matérias, cujo caráter de denúncia foi mais evidente e abriu-se espaço para uma narrativa mais comovente, forte e trágica em toda a página do jornal, a sexta parte da reportagem teve um espaço mais limitado dentro do veículo, disputando espaço com mais duas pequenas matérias (“Situação de placas na Avenida Itamar Franco” e “Extinção de vestibular tem crítica e elogio”) e com a coluna “Etc”. Além desta limitação de espaço, a mudança na perspectiva de abordagem da sexta matéria pode ser visualizada em seu *lead*. Nele já não há mais uma angulação narrativa trágica e o conflito dramático está subentendido, não evidenciado. A oposição e o duelo permanente entre vítimas e Hospital Colônia sai de cena para dar espaço a contextualização da reforma psiquiátrica no Brasil:

A discussão sobre a proteção e os direitos das pessoas com transtorno mental no país é recente. Apesar de o movimento da reforma psiquiátrica, até então restrito aos profissionais de saúde, ter ganho o debate nacional nos anos 80, época em que alcançou os campos legislativo e normativo, somente em 2001 uma lei sobre o assunto foi publicada. Após 12 anos de tramitação no Congresso Nacional, a lei federal 10.216, de autoria do então deputado Paulo Delgado, foi sancionada. Ao completar, nesse ano, uma década de vigência, a norma que propõe um modelo de atenção à saúde mental aberto e de base comunitária ainda divide opiniões (ARBEX, 2011, p. 4).

Essa edição de espaço demonstra, em parte, a posição do veículo sobre a importância noticiosa da matéria para o próprio jornal. Segundo Motta, existem três níveis de poder dentro da narração jornalística e, o primeiro narrador, aquele que dará o sim ou não para o que será noticiado, é o veículo de comunicação no qual a matéria está inserida, neste caso portanto, o jornal. A função do narrador-jornal é a de comercializar a história e estimular a curiosidade e a audiência do público sobre ela. A ele é outorgado o poder de delimitar e negociar com o jornalista e suas fontes a posição, enquadramento e espaço de cada reportagem em suas páginas. O que é produzido pelo repórter está subjulgado às suas necessidades enquanto veículo de massa (MOTTA, 2013, p. 227 e 228).

Apesar de complementar a reportagem, deslocando a visão do leitor para um contexto mais amplo da luta antimanicomial, essa matéria não possui mais um caráter denunciador, como suas antecessoras. A jornalista já fez a angulação pretendida e guiou os leitores na compreensão e aceitação do Holocausto Brasileiro. As personagens dessa matéria realizam apenas uma dissertação sobre os dois lados da Lei 10.216. Desse modo, o menor espaço dentro do jornal pode ser compreendido, uma vez que esta matéria específica não apresenta um apelo denunciador e dramático, como suas antecessoras.

Entretanto, a ausência de caráter dramático poderia jogar a sexta parte da reportagem em uma zona obscura, onde o jornal poderia decidir por não publicá-la. É neste contexto que entra em ação a função do segundo narrador, o narrador jornalista (MOTTA, 2013, p. 229). Apesar de estar subordinado ao primeiro narrador, a história noticiada origina-se nele. É o narrador jornalista que irá tecer os fatos, selecionar as fontes, compor a narrativa e reinterpretar a realidade. Ele tem a autonomia de negociar com o jornal o posicionamento de suas matérias, seu espaço e sua presença no veículo. É o narrador jornalista que detém o maior poder sobre o terceiro narrador, as personagens da notícia.

Apesar de sua presença diluir-se no texto do jornal, as personagens são inseridas na intriga pelo jornalista, e ele que dá a elas autonomia de voz e, paralelamente, é através delas, que ele legitimará seu discurso para o público. Portanto, apesar de hierarquizados, os três narradores dependem mutuamente um do outro e, exercem um jogo de poder constante um sobre o outro. A sexta matéria da reportagem, apesar de subordinada a angulação e enquadramento do veículo, alcança sua legitimidade através de sua narradora, ela lhe outorga uma importante função dentro da série: a contextualização da luta antimanicomial no Brasil.

Optou-se neste estudo por não analisar as fontes e citações da sexta matéria, uma vez que ela não empreende questionamentos a cerca das estratégias de legitimação do discurso jornalístico enquanto um conflito dramático. Como já mencionado, este conflito inicia-se na primeira matéria e finaliza-se na quarta matéria da série, quando os psiquiatras “insurgentes” entram na narrativa e apresentam os primeiros movimentos em prol da extinção do tratamento manicomial realizado pela Colônia.

A sétima e última matéria, “A história por traz da história” (ARBEX, 2011, p.5), faz uma recapitulação da trajetória de toda a reportagem. Nela a repórter relata em primeira pessoa quando surgiu o interesse de realizar uma cobertura jornalística sobre a história do Hospital Colônia de Barbacena, os desafios para localizar as fontes, a recuperação do passado e o retorno do público que, segundo a jornalista, começou a reservar com antecedência de um dia o jornal nas bancas da cidade para poder acompanhar a série.

Neste último movimento da jornalista é possível vislumbrar ainda uma estratégia final de narração e envolvimento do leitor em seu relato. Colocar-se no texto remete a uma tentativa de aproximação e coloca o leitor quase que como um amigo, para o qual uma história é contada. Ao relatar a história diretamente pelo seu ponto de vista, a repórter reafirma a legitimação da denúncia que empreendeu em toda a reportagem:

Durante uma entrevista com o psiquiatra José Laerte, em seu gabinete na Câmara, onde ele exerce mandato de vereador, o médico tirou um livro da gaveta e me disse: "você precisa ver isto." Bastou o contato com a primeira imagem do livro Colônia para que a senha da indignação fosse acionada. Lembro de repetir, ali mesmo, por diversas vezes, a expressão "não acredito". O impacto que aquelas cenas me causaram foi tão forte, que a vontade de contar essa história me perseguiu por todos os dias que se passaram. Só conseguia pensar que precisava ir até Barbacena e ver de perto o que havia restado do pior capítulo da história da psiquiatria mineira. Me senti na obrigação de contar as novas gerações que o Brasil também registrou um genocídio. Esperei por dois longos anos até conseguir, na correria da redação, uma oportunidade de mergulhar no universo da Colônia (ARBEX, 2011, p. 5).

Luiz Gonzaga Motta afirma que “nenhuma narrativa é ingênua, neutra, imparcial, toda narrativa é argumentativa” (MOTTA, 2013, p. 196), ou seja, o narrador sempre terá algum propósito narrativo através do qual contará uma história. Sobretudo no jornalismo, onde encontramos um permanente jogo entre efeitos de real e outros efeitos de sentido mais ou menos exacerbados, com vistas a convencer ou induzir o receptor a determinadas interpretações e pontos de vista.

A jornalista encerrou a reportagem com a fala de sua última fonte. Com uma declaração contundente o psiquiatra juiz-forano Uriel Hecket faz a legitimação final daquele trabalho jornalístico e encerra com uma declaração forte, cuja posição no texto concentra tudo o que foi debatido pela repórter durante toda a série: os injustificados maus-tratos e o genocídio em massa de mais e 60 mil tutelados de uma instituição psiquiátrica, o Holocausto Brasileiro:

O benefício maior que antevejo nesta iniciativa jornalística é o de alertar-nos para o que se está praticando hoje sob o respaldo dos proclamados avanços científicos e dos novos dispositivos assistenciais. A experiência pretérita deve nos alertar para os riscos inerentes a todas intervenções humanas; e isso não só no campo da saúde, mas também nas demais áreas do saber. Até os bons projetos e as boas intenções tendem a deturpação, em decorrência da miserável condição de nós humanos. Que Deus nos livre de nós mesmos (HECKET apud ARBEX, 2011, p. 5).

Toda narração terá um motivo, oculto ou não, que justificará sua existência. No caso de “Holocausto Brasileiro” a jornalista se preocupou em direcionar a narração em prol de

uma denúncia e para isso optou por fontes e declarações que corroborassem com este conceito e evidenciassem, por vezes de forma dramática, como o Hospital Colônia cruzou e modificou as suas vidas. Essa estratégia narrativa permitiu que os receptores da informação, os leitores do jornal, assimilassem essa ideia e, por fim, confiassem na denúncia e com ela interagissem. A forma de interação, proposta pela repórter e expressa na forma como ela construiu toda a narração da reportagem, foi o sentimento de indignação do público com o dramático fato narrado. Como ressalta Motta (2013) o objetivo do jornalismo reside justamente na ruptura de um estado normal para um acontecimento discordante.

Além de todas as citações utilizadas pela jornalista para referendar e reforçar a sua tese de “Holocausto Brasileiro” no curso da reportagem, a repetição sistemática de algumas expressões de conotação trágica, inseridas em sua narração enquanto repórter e na declaração das fontes, também atuaram como mecanismos de demarcação da denúncia enquanto um evento dramático. Essas expressões estiveram presentes em todas as matérias da reportagem, entretanto, algumas delas foram estratégicas na construção do cenário de holocausto e, portanto, tiveram maior ocorrência na narrativa. São elas:

| Matéria | Expressões X Número de aparições no texto |
|--|---|
| Holocausto Brasileiro - 50 anos sem punição | Holocausto Brasileiro (2); tragédia (2); genocídio (2); vítimas (3); sobreviventes (3) |
| Comércio da morte só parou na década de 80 | Comércio da morte (2); horror (2); tragédias (2); vítimas (2); cadáver(s) (5); corpos (8) |
| 33 Crianças viveram horrores da Colônia | Horror/horrores (2) |
| Denúncias dão início à reforma psiquiátrica | Cadáveres(3); campo de concentração (3); tragédia (5) |
| Entrevista Helvécio Ratton, cineasta | sem aparições |
| Após 10 anos, lei ainda divide especialistas | sem aparições |
| A história por trás da história | Horror (2); tragédias (2); genocídio (2); sobreviventes (2); Holocausto Brasileiro (3) |

Ao fazer o uso repetitivo e sistemático dessas expressões, que dialogam diretamente com a temática do Holocausto Nazista e trazem nelas próprias uma conotação trágica e dramática, a jornalista apropriou-se de uma estratégia denominada por Motta (2005) de “subjativação e construção de efeitos poéticos”. Segundo ele, esse artifício tem por finalidade remeter os leitores a estados de espírito catárticos, como surpresa, medo, espanto, compaixão, etc. Esse sentimento, suscitados em primeira instância no nível da palavra no texto, promoverá a identificação do leitor com aquilo que é narrado, humanizando os fatos noticioso e permitindo a sua compreensão enquanto dramas humanos (MOTTA, 2005, p. 11).

Ao se verem deslocados para o universo dramático de “Holocausto Brasileiro”, os receptores desta informação, compreendidos aqui como os leitores do jornal “Tribuna de Minas”, interagiram com as palavras narrativas da repórter, e foram gradativamente inseridos no contexto de holocausto através da subjetivação das expressões que evidenciavam o drama daquela denúncia, apresentadas na tabela. Mais do que apenas palavras de um enredo ou de uma notícia, as expressões elencadas carregam em si a dramatização do fato narrado, são reafirmações do horror vivenciado no Colônia e, posicionadas astuciosamente no texto, demarcam periodicamente para o leitor a temática, profundidade e relevância da denúncia.

Perece-se que os únicos lugares em que a repetição de expressões não é registrada é na entrevista realizada com o cineasta Helvécio Rattton e na sexta matéria que, como já mencionado, não empreende um enredo narrativo dramático de “Holocausto Brasileiro” e enfoca na discussão sobre a Lei 10. 216. Nas demais matérias, as expressões subjetivadas são constantes, não por acaso.

Entre a primeira e a quarta matéria da série, a jornalista compõe o enredo (“Holocausto Brasileiro”), apresenta o conflito (a morte criminoso de 60 mil internos de uma instituição psiquiátrica), demarca seus protagonistas (vítimas), evidencia o antagonista (Hospital Colônia de Barbacena) e apresenta os heróis (“os insurgentes”), responsáveis pela resolução do conflito principal (“os insurgentes” realizaram as primeiras denúncias ao antigo modelo manicomial de internação e foram responsáveis pelas primeiras mudanças nas diretrizes do tratamento psiquiátrico do Brasil o que, posteriormente, afetou diretamente a estrutura da Colônia, transformando-a em uma instituição mais humanizada e responsável). A sétima e última matéria é a reafirmação da tese “Holocausto Brasileiro” pela própria jornalista que, insere-se no relato para contar o passo-a-passo da reportagem e a legitimar a denúncia empreendida por ela pelo veículo “Tribuna de Minas”.

Isso posto, podemos compreender que a subjetivação proposta por Motta aplicada a este estudo, refere-se a inclusão de significados simbólicos às expressões descritas na tabela. Todas elas estão inseridas em um contexto que toma o holocausto praticado pelos nazistas aos judeus simétrico e extremamente semelhante ao holocausto de Barbacena, proposto pela repórter. Essa subjetivação permite ao leitor a construção mental do conflito dramático e sua resposta catártica e emocional àquilo que é narrado.

4.3.2 O PLANO DA METANARRATIVA: O FUNDO ÉTICO POR TRÁS DE “HOLOCAUSTO BRASILEIRO”

Toda narrativa, fictícia ou fática é construída sobre um fundamento moral ou ético que lhe sustenta e orienta, é o plano profundo, onde as bases da narração estão fixadas. Ele pode estar claro e evidenciar-se logo no início do enredo, ou ir-se mostrando gradualmente conforme a história, ou em nosso caso a notícia, é construída. A maioria das notícias que são veiculadas para a sociedade possuem uma razão moral que embasa e justifica o seu relato pra o público. O produto noticioso contado e recontado pelo jornalismo diariamente através dos seus diferentes veículos de propagação, refletem e revelam preceitos profundos, enraizados no cerne da sociedade e transmitido de geração em geração como verdades e conceitos universais, tais como, o crime não compensa, o trabalho enobrece o trabalhador, a família deve ser respeitada acima de todas as coisas. Motta (2005) ressalta que essas são as grandes metanarrativas culturais apropriadas pelo jornalismo.

Iluska Coutinho (2012) explica através da tese levantada por Siqueira (1992) que a principal função de uma narrativa é recuperar e evidenciar um fundo moral, exemplo ou avaliação. Segundo os autores, esta teria sido a forma através do qual todo o ensinamento foi transmitido através das eras, seja por parábolas, fábulas ou dramas. O significado simbólico originado pelas narrativas, expressa e apresenta de forma mais ou menos enfática os dramas a tragédias contados pelo jornalismo. Com o auxílio da própria memória individual e através da consulta referencial aos cânones culturais próprios de nossa sociedade, o público receptor da notícia irá recompor e reinterpretar o fato narrado e será influenciado a responder com maior ou menor comoção aos dramas da notícia. Apesar desta reação não ser simétrica e igual em todo o público, ela ainda será recebida e acompanhada de alguma reação emocional: perplexidade, ansiedade, angústia ou compaixão (MOTTA, 2005, p. 14), por exemplo.

No caso de “Holocausto Brasileiro” o fundo moral no qual ele se apoia está evidenciado em seu próprio título: o Holocausto. É de consenso e conhecimento geral que este termo se aplica ao extermínio em massa de judeus pelo governo alemão de Adolf Hitler durante a Segunda Grande Guerra Mundial (1939 – 1945). Este genocídio abriu um novo capítulo de horror na história da humanidade e impregnou o imaginário coletivo através de tudo o que se veiculou, noticiou e espetacularizou a seu respeito nos anos posteriores.

Além da documentação historiográfica, uma série de documentários, filmes, reportagens e fotografias rodaram o mundo e expuseram a todos uma das maiores tragédias mundiais em seus detalhes mais devastadores e inexprimíveis. Mesmo as gerações subsequentes, que não vivenciaram o período de guerra, conhecem e reconhecem a palavra Holocausto e sua significação trágica e dramática. Andreas Huyssen explica que o revisionismo sobre a temática do Holocausto que marcou os anos de 1980 e 1990 refere-se

não ao seu esquecimento, mas a sua onipresença no imaginário da sociedade. Segundo o autor, a proliferação indiscriminada desta temática gerou um lugar-comum de “fossilização traumática” que atinge muito mais pessoas além das suas vítimas e perpetradores diretos (HUYSSSEN, 2000, p. 78 e 79).

Se a temática do Holocausto, por seu caráter naturalmente trágico e duro, repercute em pessoas que nenhuma relação direta tiveram com ele e contamina o imaginário das diversas gerações, podemos compreender a qual fundo moral a série “Holocausto Brasileiro” apoia-se: o direito universal e total de todo e qualquer cidadão à dignidade e à vida plena, sendo que qualquer obstrução a este cânone corresponde a uma violação dos direitos humanos. Ao localizar e referenciar o genocídio no Hospital Colônia de Barbacena como um Holocausto, a repórter espera evocar nas lembranças e conhecimentos individuais de cada leitor, a memória, ainda que fragmentada e dispersa, sobre a Solução Final Nazista, seus resultados, consequências e, principalmente, o fundamento moral e ético que esse episódio feriu, deturpou e ignorou: o direito à dignidade e à vida de todo ser humano.

Por mais fragmentada pela mídia, pela geografia ou pela posição subjetiva que sejam as representações do Holocausto, em última análise, tudo se detém diante deste núcleo: inimaginável, indizível e irrepresentável terror. As gerações posteriores ao Holocausto, só podem se aproximar desse núcleo pela aproximação mimética, uma estratégia mnemônica que reconhece o evento em sua alteridade e para além da identificação e da empatia terapêutica, mas que incorpora fisicamente um pouco do terror e da dor no lento e persistente ofício da rememoração (HUYSSSEN, 2000, p. 85).

Huyssen situa o Holocausto como um acontecimento de “inimaginável, indizível e irrepresentável terror”. Não seria esta assertiva também correspondente ao que ocorreu aos internos da Colônia? Se a jornalista demarca àquela situação como um “Holocausto Brasileiro” não seria ela também dotada de “inimaginável, indizível e irrepresentável terror”? E como representar o irrepresentável e traduzir o intraduzível? A repórter responde a esta pergunta nas primeiras frases do *lead* da matéria que abriu a série: “Não se morre de loucura. Pelo menos em Barbacena. Na cidade do Holocausto brasileiro, mais de 60 mil pessoas perderam a vida no Hospital Colônia (...)” (ARBEX, 2011, p. 1). Através da apropriação do termo “Holocausto”, a jornalista realiza uma analogia clara e direta com o Holocausto Nazista e infere para o público a narrativa dramática que está por vir.

O fundo de base moral e ética só é sustentado no decorrer da grande reportagem “Holocausto Brasileiro” porque o leitor aceita que a jornalista aproprie-se e invoque o laço empírico que existe entre os fatos históricos e reais e sua forma particular de conta-los através

da narrativa. Lejune (1995) denomina este acordo como “pacto autobiográfico” através do qual o leitor consente ao narrador a autonomia para narrar, utilizar e enquadrar as informações que permitam transformar o simples relato em um relato biográfico transparente (LEJUNE, 1995, p. 85, *apud* BIOSCA, 2005, p. 109).

Se o leitor permite ao narrador a construção da narrativa e a utilização de estratégias e estratagemas que dotem esta narrativa de autenticidade, legitimidade e correspondência com o real, ele confere a este narrador o poder de narrar, de contar, de construir todo um universo simbólico, poético e metafórico que embasem a sua história. E essa construção no jornalismo se dará, como já mencionado em momentos anteriores, através da ruptura de uma situação estável para um conflito, ao passo que este conflito apenas se justificará se estiver alicerçado em um fundamento moral e ético que o sustente: Como esclarece Motta (2005, p. 15): “É nesse nível cultural e simbólico que podemos entender as narrativas como mimese em toda sua amplitude: compreender como a arte imita a vida e a vida imita a arte.” Vida, arte, imitação e apropriação de uma pela outra estarão à disposição do investigador na camada mais profunda da narração: a metanarrativa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A principal inquietação que levou a produção deste trabalho surgiu ainda no ano de 2011, quando a repórter Daniela Arbex começou a série “Holocausto Brasileiro” no jornal “Tribuna de Minas”, periódico mais antigo em circulação na cidade de Juiz de Fora. Mais do que uma denúncia, a reportagem colocava em cheque a necessidade pela busca constante pelo factual no trabalho jornalístico. As grandes denúncias, na maioria das vezes, estão inseridas no presente, no hoje, mesmo que suas causas remontem a um passado mais ou menos distante, há sempre uma repercussão direta no momento atual, um gancho que impacta o presente e que justifique sua divulgação. “Holocausto Brasileiro” entretanto, vai de encontro a esta prerrogativa. Localizado há mais de 50 anos no passado, ele retrata e denuncia o genocídio de mais de 60 mil pessoas, vítimas de um tratamento questionável e equivocado na área da psiquiatria médica. Os poucos sobreviventes deste trágico período não estão reivindicando agora os traumas e maus-tratos que sofreram na Colônia décadas atrás, mas ganham voz novamente através da memória, peça-chave na recuperação dos passados silenciados, e ainda que tardiamente, conquistam alguma justiça, respeito, compaixão e reverência às suas histórias.

A princípio foi possível constatar que além dos já estudados e consagrados critérios de noticiabilidade da Teoria da Comunicação, um outro critério pode inserir-se neste contexto e apresentar-se como condição e justificativa para a retomada de um fato do passado: a memória. Novamente ela configura-se como um elemento significativo para reconstrução da história dos internos de Barbacena. Ao retirar o pretérito da zona sombria do não dito e lhe dar voz, a atividade jornalística considera a memória como um critério relevante e primordial na construção e elaboração das reportagens que pretendam inspirar no presente alguma forma de denúncia ou reflexão.

Foi interessante observar no curso deste trabalho que a memória pode ser parceira do jornalismo investigativo, e mesmo não possuindo um caráter fortemente factual, ela pode auxiliar na construção da investigação e atuar como uma linha guia, através da qual a história se expressa, e pela qual vislumbres de acontecimentos remotos podem ganhar alguma visibilidade. Ao se apoiar em fatos memorialísticos, este gênero do jornalismo investe pesquisa, paciência e tempo na reconstrução de uma época e de um período que ficariam para sempre perdidos se não fossem o investimento, a astúcia, a atenção e um faro aguçado para uma boa história que todo repórter desta área se orgulha de possuir.

Se por um lado a memória permitiu a reconstrução da história vívida na Colônia, por outro, a narração, a forma de transmitir esta história para o público, contribuiu muito para que a reportagem ganhasse a visibilidade que ganhou e, posteriormente, se transformar-se em livro em julho de 2013. As narrativas e as narrações não são construídas de maneira ingênua, impensada ou automática. Quem relata sempre pretende transmitir alguma informação, e a forma através da qual se processa a construção dessa informação será determinante para introduzir no receptor a ideia de fundo ou, em outras palavras, o recorte, subjetividades, sentimentos e opiniões de quem narra sobre aquilo que é narrado, mesmo que estes aspectos estejam de tão forma sutis no texto, que a opinião pareça ausente.

O ponto de vista do jornalista sobre o fato é inseparável de sua reportagem, mesmo que algumas estratégias embotem e impeçam uma percepção clara sobre ele, o ponto de vista estará lá, a espera de um observador atento que possa lhe descobrir. Em “Holocausto Brasileiro” através de uma análise mais minuciosa do plano da metanarrativa, a camada mais profunda da história, percebemos qual é a opinião e o direcionamento que a repórter pretendeu dar ao fato. Ao relacionar o manicômio de Barbacena e os acontecimentos lá vivenciados, com a Solução Final Nazista, Daniela demarca claramente sua denúncia e o enquadramento que pretende lhe dar. O Holocausto que dizimou milhões de judeus durante a Segunda Guerra Mundial está de tal modo impregnado no imaginário coletivo da população, que uma analogia direta a ele invoca imediatamente no receptor todo o cenário de horror, sofrimento, tortura e morte que permeou este triste capítulo da história da humanidade. Ao localizar o genocídio da Colônia como um Holocausto nas primeiras linhas da série, a jornalista fixa seu ponto de vista sobre o acontecimento e direciona o olhar do leitor para dele partilhar, compartilhar e concordar.

Além da analogia direta com o Holocausto judeu, uma série de referências indiretas a este massacre, corroboraram para a fixação do ponto de vista da repórter e do imaginário trágico na perspectiva dos leitores. Essas referências estão expressas no uso repetitivo de expressões que dialogam com a situação nazista. Tragédia, genocídio, vítimas, sobreviventes, horror, campo de concentração, Holocausto Brasileiro, todas essas expressões foram inseridas na reportagem com um caráter fortemente subjetivado o que, em outras palavras, significa que além da carga dramática que naturalmente possuem, no contexto da reportagem agiram como um estratagema de fixação simbólica do “cenário” de Holocausto para o leitor. Os sentimentos suscitados em primeira instância no nível da palavra no texto, promoveram a identificação do leitor com aquilo que foi narrado, humanizando o fato noticiado e promovendo sua compreensão enquanto um drama humano.

Além das expressões, a forma utilizada pela jornalista na construção da narrativa da série permitiu que personagens fossem criados e interpretassem um duelo, dividido em capítulos, cujos desdobramentos permitiram a criação de um enredo e um conflito. Esta construção não está clara no texto, a primeira vista, “Holocausto Brasileiro” é apenas uma grande reportagem de denúncia, entretanto, através da análise pormenorizada de cada matéria que compôs a série, é possível perceber a gradação e a evolução da história de modo a configurar para o público a oposição clara entre dois lados, onde as vítimas são o ponto central da trama. Assim, concluímos que as vítimas, por representarem o objetivo primário da denúncia e serem o ponto principal através da qual a história ganha ritmo, são as protagonistas; os “Insurgentes”, primeiros médicos que denunciaram o tratamento equivocado e cruel realizado no manicômio em Barbacena, são os heróis, àqueles que promovem a mudança para a melhor no enredo; o Hospital Colônia, por ser a instituição onde mais de 60 mil internos perderam a vida é a personificação simbólica da arbitrariedade do tratamento psiquiátrico largamente praticado o século XX, portanto configura-se como o grande antagonista da história, aquele que representa não apenas o mal que o herói deve combater, mas toda a oposição do enredo, intrínseca no duelo entre esses dois lados.

A narrativa pode ser compreendida como uma forma de legitimação de poder e hegemonia nas diversas perspectivas da comunicação. O discurso narrado está inserido em contextos sócio-políticos que delimitarão seus contornos e nuances de acordo com estratégias linguísticas pré-determinadas pelo jornalista e pelo veículo no qual ele está inserido. Percebemos com este trabalho que apesar da inquestionável importância da denúncia realizada pela repórter Daniela Arbex, a reportagem possui um ponto de vista claro e direcionado e, que, no desenvolvimento e demarcação deste enquadramento, uma série de estratégias linguísticas e argumentativas são criadas para referendá-lo e justificá-lo. A narração, que se aproxima de uma linguagem teatral dramática, seduz e envolve o leitor, de modo a introduzi-lo no universo do enredo e convencê-lo de sua legitimidade. O primeiro narrador, entendido aqui como o veículo “Tribuna de Minas”, apoia as estratégias da jornalista ao dar destaque à reportagem, através em um primeiro momento, de lhe permitir ser a matéria da capa no primeiro dia de sua veiculação e, posteriormente, dar chamadas da capa em todos os dias subsequentes. Não por acaso, este destaque concedido pelo diário contribuiu para a divulgação e difusão de “Holocausto Brasileiro” que, durante a semana em que foi veiculado, esgotou-se em tempo recorde nas bancas da cidade de Juiz de Fora e passou a ser reservado com um dia de antecedência pelos leitores. A tragédia, ainda que localizada 50 anos no passado, gera interesse imediato, justamente por seu caráter denso e comovente e, por

consequência direta, venda de exemplares, já que vivemos em uma realidade onde a informação, ainda que necessária e altruísta, está condicionada e responde a uma indústria capitalista. Percebe-se por tanto, que nenhuma narração é ingênua, e sim guiada por uma série de interesses econômicos e simbólicos, claros ou não, que guiarão os seus contornos. De qualquer forma, parece-nos que, apesar de refém dos ditames da indústria cultural, o jornalismo ainda consegue ser um espaço de referência, de discussão das questões que preocupam a humanidade, e que o jornalismo de qualidade é essencial para a compreensão do mundo e representação dos anseios mais nobres do homem.

REFERÊNCIAS

- ARBEX, Daniela. **Holocausto Brasileiro: 50 anos sem punição**. Tribuna de Minas, Juiz de Fora, 20 nov. 2011. Geral, p.3.
- _____. **Comércio da morte só parou na década de 80**. Tribuna de Minas, Juiz de Fora, 22 nov. 2011. Geral, p.5.
- _____. **33 Crianças viveram horrores da Colônia**. Tribuna de Minas, Juiz de Fora, 23 nov. 2011. Geral, p.5.
- _____. **Denúncias dão início à reforma psiquiátrica**. Tribuna de Minas, Juiz de Fora, 24 nov. 2011. Geral, p.5.
- _____. **Entrevista Helvécio Ratton**. Tribuna de Minas, Juiz de Fora, 25 nov. 2011. Geral, p.4.
- _____. **Após 10 anos, Lei ainda divide especialistas**. Tribuna de Minas, Juiz de Fora, 26 nov. 2011. Geral, p.4.
- _____. **A história por trás da história**. Tribuna de Minas, Juiz de Fora, 27 nov. 2011. Geral, p.5.
- BAER, Alejandro. **El testimonio audiovisual: Imagen y memoria del Holocausto**. Madrid: SIGLO XXI de España Editores, S.A., 2005
- BARBOSA, Marialva. **Jornalismo impresso e a construção de uma memória para sua história**. In: BRAGANÇA, Aníbal; MOREIRA Sonia Virginia. Comunicação, acontecimento e memória. São Paulo: Intercom, 2005. Capt. 2 p. 102.
- _____. **História cultural da imprensa**. Rio de Janeiro: MAUAD Editora Ltda, 2007.
- BERGER, Cristina. **Proliferação da memória: a questão do reavivamento do passado na imprensa**. In: BRAGANÇA, Aníbal; MOREIRA Sonia Virginia. Comunicação, acontecimento e memória. São Paulo: Intercom, 2005. Capt. 1 p. 60.
- COUTINHO, Iluska. **Dramaturgia do Telejornalismo**. Rio de Janeiro: MAUAD Editora Ltda, 2012
- FOUCAULT, Michael. **História da loucura na idade clássica**. São Paulo: Editora Perspectiva S.A., 1978.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória Coletiva**. Tradução de Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais Ltda, 1990
- HUYSSSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória**. Rio de Janeiro: Aeroplano Editora, 2000.
- POLLACK, Michael. **Memória e identidade social**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5 n. 10, 1992.

_____. Memória, Esquecimento, Silêncio. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2 n. 3, 1989.

RICOEUR, Paul. **Memória, história, esquecimento**. Conferência realizada originalmente em inglês sob o título “Memory, history, oblivion”. Budapeste: 2003. Disponível em: <http://www.uc.pt/fluc/lif/publicacoes/textos_disponiveis_online/pdf/memoria_historia>

MOLES, Abraham Antoine. (1974) **O Cartaz**. Trad. Miriam Garcia Mendes. São Paulo: Perspectiva / Editora da Universidade de São Paulo. Coleção Debates.

MOTTA, Luiz Gonzaga. **Análise crítica da narrativa**. Brasília: Editora UNB, 2013.

SODRÉ, Muniz. **A narração do fato**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2009.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo, porque as notícias são como são**. Florianópolis: Insular, 2. Ed., 2005.

JORNAIS CONSULTADOS:

TRIBUNA DE MINAS. Juiz de Fora: Grupo Solar, ano 1. Agosto e setembro. 1981

TRIBUNA DE MINAS. Juiz de Fora: Grupo Solar, ano 2. Julho. 1982

TRIBUNA 30 ANOS. Juiz de Fora: Grupo Solar, setembro. 2011. Disponível em: <<http://www.tribunademinas.com.br/tribuna-30-anos>>

APÊNDICE

Entrevista com Daniela Arbex, repórter especial do Tribuna de Minas – concedida no dia 17 de dezembro de 2013

Como foi o seu primeiro contato com a história do Hospital Colônia?

Quando eu tive acesso ao livro Colônia em 2009 eu fiquei completamente enlouquecida porque era uma história muito forte. Não é possível que a gente viveu uma história que não fazia muitos anos, um extermínio de pessoas naquela proporção e que ninguém soubesse disso. E aqui houve a discussão durante muito tempo se aquilo era um produto jornalístico, se era vendável ou não. Mas eu falei, gente, é claro que isso é jornalismo, porque a morte de 60 mil pessoas é relevante em qualquer época, isso é um Holocausto. Isso foi muito discutido aqui, discutido até se seria ou não a capa do jornal. Desde o primeiro momento que eu tive contato com aquelas imagens, eu tinha certeza que a gente ia provocar uma indignação e uma reflexão. Eu defendi muito essa série de matérias, e defendi no começo que fosse um caderno especial de 10 páginas, mas acabou sendo legal a série porque deu tempo das pessoas acompanharem e reservarem o jornal na banca, que foi uma coisa inédita aqui no jornal, isso nunca tinha acontecido. E foi legal que o jornal acabou se rendendo ao peso da história. Dois anos de luta para a gente conseguir. Eu consegui um tempo na agenda pra me dedicar a isso. Porque a produção jornalística é uma coisa muito rápida, é o que vende, a notícia do dia, então, apesar de eu ser uma repórter especial que quase só faz matérias especiais, você tirar um repórter para resgatar uma história de 50 anos atrás é uma coisa meio complicada. Eu não vou corrigir uma injustiça, 60 mil pessoas morreram, mas se eu conseguir reverenciar a memória dessas pessoas e mostrar que foi a partir da morte dessas pessoas que se deu a reforma psiquiátrica no Brasil, e que a reforma não foi uma coisa tranquila, foi a partir da morte de um monte de gente que foi cobaia de uma psiquiatria maluca, então, eu acho que o jornalismo é isso, não é só dizer. Claro que o jornalismo é serviço, é denuncia, mas é muito mais que isso, é transformação. O que a gente tem de mais importante na sociedade é a memória de um povo.

Quanto tempo foi necessário para você produzir a reportagem?

Eu fiquei um mês com isso, que é pouquíssimo para se fazer um trabalho desse porte. Eu precisava ter ficado em Barbacena pelo menos um mês e eu fiquei um dia lá, o resto foi tudo por telefone, procurando e organizando as pessoas, os estudantes de medicina da época. Eu entrevistei pessoa de vários estados e não estive com elas, foi tudo por telefone e internet.

Como foi a repercussão da série nas redes sociais?

A primeira matéria a gente teve mais de 100 pessoas curtindo isso em nosso site. Fora o acesso ao site que foi histórico. Uma coisa muito impressionante. Só o compartilhamento nas redes sociais mostrou que a matéria alcançou o objetivo dela. Eu fiquei muito feliz e eu tinha certeza desde o começo. O bom jornalista vê antes. Eu fiquei muito indignada, eu pensei “Meu Deus, eu preciso saber como se deu isso, eu preciso contar essa história, eu tenho que ir lá”. Quando eu vi aquelas imagens eu precisava saber o que aconteceu 50 anos depois, precisava resgatar essa história. Ai eu precisava de um gancho, porque o jornalismo precisa de ganchos e coincidentemente em 2011 fazia 50 anos que aquelas imagens tinham sido publicadas pela primeira vez. E então eu tive a ideia de vender para o jornal que a gente contasse o que aconteceu com aquelas vitimas e aquelas pessoas que haviam sido fotografadas 50 anos depois e eles se renderam a isso.

Como foi a repercussão na redação do jornal?

Foi interessante aqui na redação. Eu nunca vi uma reação como eu vi com essa matéria, foi uma comoção. Eu chegava aqui e as pessoas falavam “eu não acredito que isso aconteceu”, “gente e estou emocionada!”, “ontem lá em casa a gente só falou sobre isso”. O fotógrafo que foi comigo que é o Roberto, a gente trabalha junto há anos e somos super parceiros, ele chorou copiosamente com as matérias. O jornalista tem um poder tão maravilhoso nas mãos, o poder de contribuir, de criar essa consciência coletiva, de reverenciar a memória, de mudar o rumo da história. O jornalista não tem ideia do que ele tem nas mãos, de quanto essa profissão é sublime. Precisamos fazer dela o que ela merece ser, que é esse canal de resgate, essa possibilidade de contar a história.

Por que o jornalista se apropria do passado como um produto-notícia?

O passado precisa ser lembrado e os fatos quando são relevantes, eles não tem data. Embora a notícia seja muito rápida e fique velha muito rápido, mas a história do seu país não fica velha nunca. É você trazer de volta o passado e conseguir de alguma forma interferir. Esse olhar para o passado é fundamental, não se constrói história sem olhar para o seu passado.

O jornalismo é peça chave nesse processo?

Nosso papel é fundamental. Dizer que hoje na Avenida Rio Branco teve um engarrafamento, tá, também é importante. Nosso papel é falar assim, “olha, a gente precisa mudar as pessoas, mudar a vida das pessoas, a gente precisa transformar.” Eu não pude evitar 60 mil mortes, mas eu tenho certeza que a gente criou uma reflexão que vai servir para todas as gerações e as próximas. Para se pensar nos métodos. Os médicos colocaram que aquilo era uma cultura da época. Mas muito mais do que cultura, teve uma covardia. Você confinar era cultura, mas você matar de fome, de frio, torturar um sujeito, você dá choque nele até a morte, isso não era cultura, isso foi covardia, omissão, negligência. Eu tenho muito o abito de fazer matérias assim, olhando para o passado e fazendo uma leitura do hoje. E eu acho que isso também é a nossa função. O jornalismo de investigação está muito baseado no passado, porque uma ação do passado resultou em um fato de hoje, a existência de uma empresa irregular, um esquema de corrupção que não começou hoje, é coisa de décadas. Então se você não tiver essa capacidade de voltar no passado, você nunca vai entender o seu presente e nem nunca vai desvendar situações do seu presente.

Você acha que o método de produção jornalística garante fidelidade ao passado?

Eu acho que garante sim. Uma preocupação que eu tenho muito grande e que eu acho que é um diferencial do meu trabalho, é você se aproximar ao máximo da verdade dos fatos. Como é que eu consigo isso? Reunindo o maior numero de documentos, ouvindo o maior numero de pessoas. O jornalista não pode ter preguiça, porque dá trabalho, de você ir no cartório, de você confirmar uma tese. Eu acho que até hoje os meus trabalhos são muito fieis ao passado, ao que aconteceu. Por exemplo a “Cova 309”, eu não tinha absolutamente nada, só sabia que o militante tinha desaparecido em 1968 e que o corpo dele nunca tinha sido encontrado, mas eu falei, “gente, um corpo não pode sumir”, então esse foi o começo do trabalho. E aí, o que eu fiz? Primeiro resgatei toda a história dessa pessoa, eu achei os amigos dele de Porto Alegre, inclusive o amigo que dividiu a cela com ele. Ai, encontrei a família, ouvi os amigos. Então, você vai fechando um círculo de informação para reconstruir uma história que você não viveu. Quando eu já tinha feito tudo e descoberto o local do sepultamento e a matéria estava pronta, eu liguei para o irmão dele de Porto Alegre, e falei, “Gilson, a matéria está pronta e eu quero ler pra você o que eu escrevi, para você ver, você que acompanhou na época todo o caso, para você ver se tem alguma informação errada.” Eu tenho muita preocupação com informação errada porque qualquer nome errado compromete a credibilidade da matéria.

Eu comecei a ler e ele ficou mudo, eu li o *lead* pra ele. Ele disse, “Meus Deus! Foi exatamente isso que aconteceu! Como você conseguiu isso?”. As minhas matérias não tem espaço para a dúvida porque são matérias sempre que mechem com muitas coisas, pessoas importantes. Eu trabalho em um jornal muito pequeno, o Tribuna é um jornal pequeno para o tipo de matéria que a gente faz, um processo pode fechar esse jornal, então não tem espaço para a dúvida.

Em sua opinião, que novos sentidos adquirem os fatos do passado quando eles são revisitados pelo jornalismo?

Quando você consegue resgatar o passado, e de alguma forma você transformar uma coisa que todo mundo já falou e mostrar uma coisa diferente, uma coisa que ainda impacte o presente e possa modificá-lo. No caso do Holocausto, eu não vou conseguir punir com a minha matéria os autores desse genocídio porque são muitos autores e são muitos governos, e muitas pessoas já morreram também. Mas com certeza eu acho que a gente interferiu quando descortinou isso para as pessoas e provou que esse tipo de tratamento não pode ser tolerado em qualquer tempo. E o mais importante é mostrar que o Brasil teve o seu Holocausto, não foram 8 milhões de judeus mortos, mas foram 60 mil vítimas de uma cultura de atendimento totalmente equivocada e que permanecem até hoje. A gente sabe que existem hospitais que ainda prendem os seus pacientes na cama, que ainda torturam. A prática da lobotomia, que era uma intervenção feita no cérebro para que a pessoa ficasse mais dócil, ainda existe hoje. Eu acho que o sentido é esse, de criar uma conscientização, de olhar para o passado e provocar no presente uma indignação. Eu terminei a serie com um e-mail de um psiquiatra que fala: “que Deus nos livre de nós mesmos”. Eu achei aquilo genial, porque a gente é capaz de tanta coisa boa, mas a gente também é capaz de muitas atrocidades, como essa. Não é simplesmente contar uma história, é interferir no passado através do olhar do presente.

A matéria coincidiu com o aniversário de 10 anos da lei de amparo aos portadores de doentes mentais, não foi?

E não foi nada planejado, coincidiu, foi muito legal isso também. Foram 10 anos da lei, 50 anos do único grande banco de imagens lá de dentro, foi em 1961 e o fotógrafo está vivo até hoje, tem 77 anos. Depois disso, só se foram entrar lá novamente em 1979, quando teve a reportagem do Hiram, o documentário do Helvécio Rattón que foi bombástico. Olha que janela! Apesar da força das imagens e do Cruzeiro ser um jornal forte na época, as atrocidades continuaram até 1979, quando realmente aquilo foi escancarado para o mundo. Mas de 1979 até 2011, não se falou mais nisso, foi um total esquecimento. Eu acho que o mérito dessa matéria foi mostrar para as novas gerações que a gente também teve um Holocausto. Eu acho que é uma mancha na nossa história, uma mancha na história do país, uma mancha para a própria medicina, que se omitiu durante décadas. Os que tentaram fazer alguma coisa sofreram mil retaliações.

Mas era conveniente para a classe médica da época se calar sobre isso, não?

Era conveniente, tanto que esse psiquiatra que eu te falei, o que falou “deus nos livre de nós mesmos”, uma coisa que impressionou muita a ele e outros colegas de profissão dele foi o silêncio da classe médica em relação às matérias. Teve uma ou outra manifestação, mas os psiquiatras, a classe mais forte, ficou caladinha. Por quê? Porque muitos dos psiquiatras que trabalham hoje em Juiz de Fora, e que são medalhões, já fizeram plantão lá. Entendeu? Porque aquilo foi escola pra muita gente.

Você coloca em sua matéria que os próprios corpos da Colônia abasteciam as faculdades de medicina da região.

A UF (Universidade Federal de Juiz de Fora) comprou mais de 300 corpos. Eu recebi o e-mail de uma pessoa, mas não dava mais para publicar porque foi depois, que testemunhou a chegada dos corpos na Faculdade de Farmácia, e foi a cena mais chocante que ele viu na vida, porque eram corpos cadavéricos, pessoas muito maltratadas, e que quando chegou lá estavam sem roupas, as mulheres com vestido pra cima. E ele falou, “gente, eu não acredito que ainda violaram esse cadáveres”, ele ficou horrorizado. E depois ele descobriu que essas pessoas estavam nuas e com as roupas assim porque estava sendo injetado formol. Ele ficou muito chocado de ver seres humanos serem tratados daquela forma, sem nenhum respeito, eram fileiras de corpos.

Então, o jornalista não é apenas aquele que testemunha e conta um fato, mas também um agente?

Ele é um agente. A testemunha às vezes pode observar e se omitir, e aí? O meu jornalismo nunca foi um jornalismo de inação, eu nunca me coloquei numa posição de imparcialidade. Eu acho que a imparcialidade no jornalismo não existe. Sempre me coloquei como agente de transformação sim. O que que eu vou fazer com essa informação? Eu preciso fazer alguma coisa. Não é a toa que eu estou testemunhando uma situação como essa, estou tendo o privilégio de ser uma expectadora, de participar disso de alguma forma, resgatando ou não aquela história. Olha, o que que a gente pode fazer a partir disso? Como essa situação não deve se repetir de novo? Tem um caso que a gente pediu pra a prefeitura varias vezes oficialmente o número de crianças em situação de rua em Juiz de Fora e eles deram um número lá. E a gente falou “então vamos para a rua contar”. Fizemos a contagem e o número era três vezes maior, e a gente deu que a prefeitura estava omitindo os dados. Esse é o papel, não engolir o que estão dando para a gente, é confrontar os dados e mostrar para o sociedade o que está realmente acontecendo.

O jornalismo investigativo pode ser encarado então como um parceiro a memória?

Muito parceiro da memória. Eu acho que se você não aprender a ler o seu passado e fazer uma leitura humanizada, você não consegue interferir no seu presente. A gente não pode ter um olhar corriqueiro para nada, desvalorizando o ontem. Essa foi uma discussão aqui, “ah, isso aconteceu na década de 80”. Dane-se, podia ter sido na década de 50, 30, são seres humanos que foram mortos e isso é relevante. A gente não pode olhar para o ontem sem essa indignação, sem essa vontade de transformação. A minha escola é de observação, de experiência, eu aprendi fazendo. Eu não tive uma formação acadêmica para ser uma jornalista investigativa. A minha carreira foi acontecendo, eu não planejei que ia ser assim ou que o melhor método de investigação é assim. Esse é o meu e dá certo pra mim. Eu acredito muito nessa leitura, que temos que ter, diferenciada da sociedade e interferir. E não se colocar com uma pessoa que diz “eu não posso interferir, porque eu só posso relatar”, eu não sou entregadora de recado, eu sou jornalista, então eu tenho que fazer uma coisa sim, pela minha cidade, pela minha comunidade, pelas mulheres, pelas minorias.